

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Luiz Augusto Possamai Borges

**Arquivo Edgard Leuenroth (AEL): um lugar de memória das sexualidades
dissidentes no Brasil (1978-1985)**

Florianópolis

2021

Luiz Augusto Possamai Borges

**Arquivo Edgard Leuenroth (AEL): um lugar de memória das sexualidades
dissidentes no Brasil (1978-1985)**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel/Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristina Scheibe Wolff.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Borges, Luiz Augusto Possamai

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL): um lugar de memória das sexualidades dissidentes no Brasil (1978-1985) / Luiz Augusto Possamai Borges ; orientador, Cristina Scheibe Wolff, 2021.

67 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. Lugar de memória. 3. Arquivo de traumas. 4. História das sexualidades dissidentes brasileiras. 5. Ditadura militar. I. Wolff, Cristina Scheibe . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Ao 1º dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às 14:30 horas, por meio do ambiente virtual *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof.^a **Cristina Scheibe Wolff** (orientadora), Profa. **Alina dos Santos Nunes** (membro) e Profa. **Janine Gomes da Silva** (membro), designados pela Portaria TCC nº 37/HST/CFH/2021, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Luiz Augusto Possamai Borges**, intitulado: “**Arquivo Edgard Leuenroth (AEL): um lugar de memória das sexualidades dissidentes no Brasil (1978-1985)**”. Aberta a Sessão pela Senhora Presidenta, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof.^a **Cristina Scheibe Wolff**, nota 10,0, Profa. **Alina dos Santos Nunes**, nota 10,0, Profa. **Janine Gomes da Silva**, nota 10,0, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 10.0. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 8 de outubro de 2021. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 1 de outubro de 2021.



Documento assinado digitalmente

Cristina Scheibe Wolff
Data: 01/10/2021 17:13:00-0300
CPF: 777.459.309-87

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a. (Orientadora)



Documento assinado digitalmente

Alina dos Santos Nunes
Data: 01/10/2021 18:26:22-0300
CPF: 034.032.790-14

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a. (Membro):



Documento assinado digitalmente

Janine Gomes da Silva
Data: 01/10/2021 17:21:59-0300
CPF: 750.959.989-04

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a. (Membro):



Documento assinado digitalmente

Luiz Augusto Possamai Borges
Data: 01/10/2021 18:14:13-0300
CPF: 964.805.119-64

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

(Candidato):



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Luiz Augusto Possamai Borges matricula n.º17250364, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **“Arquivo Edgard Leuenroth (AEL): um lugar de memória das sexualidades dissidentes no Brasil (1978-1985)”**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 08 de outubro de 2021.



Documento assinado digitalmente
Cristina Scheibe Wolff
Data: 08/10/2021 12:10:53 -0300
CPF: 777.459.309-87
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador(a)

Dedico este trabalho às memórias de muitos/as que lutaram pela democracia neste país, e que não tiveram o devido reconhecimento público por isso. A história dos traumas no Brasil também são histórias das resistências, no qual inspira a reflexão historiográfica da presente obra.

AGRADECIMENTOS

A partir de 2016 minha vida tem mudado abruptamente enquanto acadêmico de história. Esses últimos cinco anos e meio de graduação foram desafiadores e repleto de emoções. As experiências e aprendizados com os quais tive contato na licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), entre 2016 e 2017, e no bacharelado e licenciatura na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entre 2017 e 2021, são incontáveis, e muitas dessas memórias ficarão guardadas para sempre.

As pessoas que passaram na minha vida nesses últimos anos foram muitas, e todas elas fazem parte da história desta monografia. E quando digo todas, é todas mesmo. Não só as que eu gosto, que cuidaram de mim e que me ensinaram a ser um ser humano e profissional melhor, mas também dos desafetos. Pessoas que me deram aulas empíricas da mediocridade que pode chegar o ser humano.

Aos dezenove anos, em fevereiro de 2017, indo para meu terceiro semestre de curso, fui expulso da república onde eu morava em Rio Grande, por claros motivos de homofobia, com um toque de sadismo, pela minha síndica. Foi em um sábado de manhã, em dia um dia chuvoso. Eu estava com meu ex-namorado indo jogar cartas na casa de uma amiga. Na ocasião, tive que agir com muita maturidade e força de vontade, tendo que me virar há mais de 550 km de casa. Ter que lidar com as relações de poder e o preconceito, logicamente não eram novidade naquele momento para mim, mas esse episódio, com certeza, foi uma das maiores violências da minha vida até a escrita desse trabalho, pelo mero fato de eu existir. Essa e outras inúmeras histórias traumáticas da minha vida motivaram a escrita e a reflexão desta investigação.

Nesse sentido, agradeço a todos/as de coração. Depois de inúmeras despersonalizações e ressignificações desses momentos difíceis na minha vida, não guardo ressentimentos ou mágoas, mas ensinamentos e resistências. Se hoje eu sou uma pessoa forte, que não se abala por qualquer coisa, ou como se diz popularmente no Brasil, osso duro de roer, é porque a vida não me poupou das cicatrizes, e isso é motivo de muito orgulho para mim. Logicamente não tenho só memórias tristes desse momento traumático, tive a sorte de ter pessoas muito queridas que me deram todo o apoio, sobretudo Mariana e Guilherme, que me deram amor, solidariedade e moradia. Assim como aprendi na vida a não confiar nas pessoas, essas e outras pessoas

queridas me fizeram aprender que há exceções, e que, sobretudo, há esperança e empatia nos piores momentos. Agradeço também, com carinho, a Aline e sua família, pelo companheirismo, generosidade e ensinamentos nos meses que estudei na FURG.

Estudar longe de casa em uma universidade pública é um privilégio que, infelizmente, poucas pessoas têm acesso neste país. Nesse sentido, agradeço o apoio financeiro da minha querida mãe, Lenita, que apesar de sua criação conservadora, sempre procurou, ao seu modo, me apoiar e respeitar, me criando e sustentando sozinha, sem depender de um real do meu pai. Uma mulher forte e pioneira para o seu tempo e espaço. Neta e filha de camponesas e mineiros, sempre sonhou na juventude em fazer arquitetura na UFSC, porém tinha que trabalhar para sustentar seus outros três irmãos e a família. Mesmo com todas essas barreiras impostas pelas brutais desigualdades estruturais desse país, em plena recessão e hiperinflação dos anos 1980 e 1990, ela conseguiu vencer muitos obstáculos, me dando uma vida extremamente confortável e privilegiada, me colocando nos melhores colégios particulares da região. Desse modo, todo meu afeto a você mãe que conseguiu dar ao seu filho tudo o que não pôde ter. Por mais que o *ethos* da minha cidade seja extremamente problemático, buscou, de sua forma, me ensinar a ser uma pessoa forte e independente. Enquanto adolescente viado e de humanas, agradeço também a minha madrinha, Angelita, pelas imensas aulas de matemática e física que me ajudaram nos vestibulares. Apesar dos altos e baixos que temos quando estamos juntos, vocês duas sempre me fizeram acreditar que não há limite para alcançar nossos sonhos.

Agradeço também às/aos minhas/meus professoras/es de história do ensino fundamental e médio, que despertaram meu amor e paixão que sinto por essa profissão tão importante, libertadora e terapêutica. A produção do conhecimento é sempre um trabalho coletivo, nesse sentido, a construção do saber envolve pessoas, contradições, aulas, conversas, confraternizações, amizades, comidas, bebidas... Nesse sentido, a FURG e a UFSC foram espaços importantes para essas trocas ao longo da minha trajetória enquanto acadêmico de história.

Depois da minha transferência para UFSC, em julho de 2017, minhas vivências não teriam sido tão produtivas e enriquecedoras sem minhas amigas que conheci no curso de história. Agradeço, com carinho, à Lídia, Lívia, Alina, Horrana, Lara, Isa

Maria, Marcelo, Glenda e tantas/os outros que também passaram na minha vida em Florianópolis.

Além disso, sem minhas experiências como bolsista de iniciação científica entre 2018 e 2021, no Laboratório de Estudos de Gênero e História, essa monografia nunca teria sido possível. Nesse sentido, meus agradecimentos as coordenadoras do LEGH a Janine Gomes da Silva e Joana Maria Pedro. Em especial a minha orientadora Cristina Scheibe Wolff pela paciência, liberdade, confiança, afetos... Além disso, por possibilitar a realização de sonhos, experiências, publicações, trabalhos em projetos e viagens de campo para a minha pesquisa, que sequer imaginaria fazer antes de agosto de 2018. Faço um agradecimento em especial também a Jair Zandoná, pelos afetos, paciência, empatia, pelas trocas e ensinamentos. Sem dúvida uma das melhores pessoas e professor de português que já conheci. Sou muito grato a você pelo aperfeiçoamento radical da minha escrita.

Agradeço aos/as professores/as do curso de história da UFSC Tiago Kramer, pelas trocas, pelas inspiradoras aulas de cartografia, a Rodrigo Bonaldo por suas aulas extremamente necessárias de teoria da história, a Letícia Borges pelos ensinamentos e esclarecimentos nas aulas de memória e patrimônio. E a tantas/os outras/os que são partes indissociáveis da escrita dessa investigação. O conhecimento de todos/as vocês fez/faz parte da minha trajetória enquanto pesquisador e professor.

Além disso, meus sinceros e gratos agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ao CNPq, agradeço a bolsa de iniciação científica no Projeto *Políticas da Emoção e do Gênero na Resistência às ditaduras do Cone Sul*. A CAPES, agradeço o financiamento do Projeto *Mulheres de Luta: Feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*.

Nesse sentido, toda a minha solidariedade ao Partido dos Trabalhadores, que investiu em pesquisa nesse país como nunca antes. Se não fosse esses editais de projetos com financiamento público, e, claro, com o esforço do trabalho coletivo do LEGH e da professora Cristina ao longo dos últimos anos, eu nunca teria condições materiais de ter ido a Campinas, no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), ou em Santiago, fazer minhas pesquisas de campo. Agradeço também a Luísa, pela paciência, empatia e por ter sido minha companheira de viagem no Chile.

Gostaria também de fazer um agradecimento ao pioneiro Grupo de Estudos Críticos da Branquitude (LEGH/UFSC), do qual participei entre 2018 e 2019. Além de me possibilitar ter um olhar mais crítico e pormenor dos meus privilégios e da realidade social, o grupo foi fundamental para aprofundar minhas reflexões, corroborando enormemente na minha formação enquanto historiador e feminista no combate às desigualdades. Agradeço em especial a Luana, pela sua inteligência, trocas, generosidade e empatia.

Por último, mas não menos importante, meu total agradecimento a ciência e as universidades públicas deste nosso Brasil, que têm o poder de mudar a realidade e transformar vida, através de um ensino crítico, como foi o meu caso e de tantas/os outras/os. Apesar do autoritarismo e do sucateamento, desde 2016 com o impeachment/golpe realizado com a presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff, estamos na luta pela construção de um país mais democrático, através da educação e da cultura no combate às desigualdades. Não à toa somos tão “perigosos e subversivos” para esse maldito governo retrógrado e conservador.

[...] *Minha luta não morre, cresce / Não morre o meu pensamento / Nem se acaba a esperança / AH! A esperança...*
[...] (ADÉ DÚDÚ: GRUPO DE NEGROS HOMOSSEXUAIS, 1981, AEL/Unicamp).

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo geral compreender a importância do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) e do seu trabalho de preservação da memória sobre as sexualidades dissidentes no final da ditadura brasileira, entre os anos de 1978 e 1985. Para compreender algumas possibilidades do seu acervo para a historiografia do período, busco utilizar como fonte três coleções do AEL: as pastas do grupo “Somos”, do “Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF)” e do grupo “Outra Coisa”. Através da metodologia da história social, da história cultural e da história das emoções, esta investigação tem como resultado compreender o AEL como um complexo lugar de memória e de resistência. Um espaço que acolheu e expõe à sociedade brasileira os conflitos de memórias e os silenciamentos no cenário contemporâneo das sexualidades dissidentes, tensionando os traumas e as articulações políticas que se fizeram interseccionalmente no período.

Palavras-chaves: Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). Somos: Grupo de Afirmação Homossexual. Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF). Outra Coisa: Ação Homossexualista. Arquivo de traumas. História das sexualidades dissidentes brasileiras.

RESUMEN

Esta monografía tiene como objetivo general comprender la importancia del Archivo Edgard Leuenroth (AEL) y de su trabajo de preservación de la memoria acerca de las sexualidades disidentes al final de la dictadura brasileña, entre los años de 1978 y 1985. Para comprender algunas posibilidades de su colección para la historiografía del período, busco utilizar como fuente tres colecciones del AEL: las carpetas del grupo “Somos”, del “Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF)” y del grupo “Outra Coisa”. A través de la metodología de la historia social, la historia cultural y de la historia de las emociones, esta investigación da como resultado la comprensión de la AEL como um complejo lugar de recuerdo y resistencia. Un espacio que acogió y expuso a la sociedad brasileña los conflictos de la memoria y el silenciamiento en el escenario contemporáneo de las sexualidades disidentes, tensando los traumas y articulaciones políticas que se hicieron interseccionalmente en el período.

Palabras clave: Archivo Edgard Leuenroth (AEL). Somos: Grupo de Afirmação Homossexual. Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF). Outra Coisa: Ação Homossexualista. Archivo de traumas. Historia de las sexualidades disidentes brasileñas.

ABSTRACT

This monograph aims to understand the importance of the Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) and its work to preserve the memory of dissident sexualities at the end of the Brazilian dictatorship, between 1978 and 1985. To understand some possibilities of its collection for the historiography of the period, I seek to use three AEL collections as a source: the folders of the “Somos” group, of the “Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF)” and of the “Outra Coisa” group. Through the methodology of social history, of cultural history and of history of emotions, this investigation has as a result to understand the AEL as a complex place of memory and resistance. A space that welcomed and exposed to Brazilian society the conflicts of memories and silencing in the contemporary scenario of dissident sexualities, stressing the traumas and political articulations that were made intersectionally in the period.

Keywords: Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). Somos: Grupo de Afirmação Homossexual. Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF). Outra Coisa: Ação Homossexualista. Archive of traumas. History of Brazilian dissident sexualities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Performance feminista do poema <i>MANIFESTO (Falo por minha diferença)</i> , 11 de setembro de 2019.....	19
Figura 2 - Cronolo“somos”.....	37
Figura 3 - Projeto de organograma do grupo Somos.....	38
Figura 4 - Convite “FESTA NO GALF”, S/D.....	39
Figura 5 - Mapa de algumas cidades que enviaram cartas ao Somos.....	47
Figura 6 - Delegado investe contra travestis, Folha de São Paulo, 3 de janeiro de 1982.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
CS	Convergência Socialista
EGHO	Encontro de Grupos de Homossexuais Organizados
EGHON	Encontro dos Homossexuais Organizados do Nordeste
EPGHO	Encontro Paulista dos Grupos Homossexuais Organizados
GALF	Grupo de Ação Lésbico Feminista
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
LEGH	Laboratório de Estudos de Gênero e História
PT	Partido dos Trabalhadores
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	18
2.	CAPÍTULO I - AEL COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES NO BRASIL.....	29
2.1	A história do AEL e os desafios de se criar um arquivo em uma universidade pública na ditadura militar.....	30
2.2	AEL como um lugar de memória: as primeiras doações, os conflitos de memórias e a importância da preservação patrimonial.....	35
3.	CAPÍTULO II – AEL COMO UM ARQUIVO VIVO DE TRAUMAS DA DITADURA BRASILEIRA.....	46
3.1	Traumas, interseccionalidades e emoções em arquivos: novas possibilidades historiográficas sobre as resistências à ditadura brasileira a partir do AEL	46
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
5.	FONTES E REFERÊNCIAS	61

1. INTRODUÇÃO

“MANIFESTO (Falo por minha diferença)

[...] Não sou uma marica fantasiada de poeta/ Não preciso de fantasia/ Aqui está a minha cara/ Falo pela minha diferença/ Defendo o que sou/ E não sou tão estranho/ Me aborrece a injustiça/ E suspeito desta dança democrática/ Mas não me fale do proletariado/ Porque ser bicha e pobre é pior/ É preciso ser ácido para suportá-lo/ [...] Pela má sorte Como a ditadura/ Pior que a ditadura/ Porque a ditadura passa E vem a democracia/ E logo atrás vem o socialismo/ E então?/ O que farão conosco companheiro? Nos amarrarão pelas tranças em fardos/ Com destino a um sanatório de aidéticos cubano? Nos enfiarão em algum trem a lugar nenhum/ [...] O futuro será preto e branco?/ O tempo em noite e o dia de trabalho sem ambiguidades?/ Não haverá um maricão em alguma esquina/ Desequilibrando o futuro do seu homem novo? Nos deixarão bordar de pássaros as bandeiras da pátria livre?/ [...] Tem medo de que se homossexualize a vida?/ E não falo apenas de enfiar e tirar/ E tirar e enfiar somente/ Falo de ternura companheiro/ Você não sabe/ Como quanto custa encontrar o amor/ Nestas condições/ Você não sabe/ O que é carregar esta lepra/ As pessoas guardam distância/ As pessoas compreendem e dizem:/ É marica, mas escreve bem/ É marica, mas é um bom amigo/ É um cara legal/ Eu não sou um cara legal/ Eu aceito o mundo/ Sem pedir que seja legal/ Mesmo assim eles riem/ Tenho cicatrizes de risos nas costas/ [...] Que a revolução não apodreça totalmente/ A você lhe dou esta mensagem/ E não é por mim/ Eu estou velho/ E sua utopia é para as futuras gerações/ Há tantas crianças que nascerão/ Com uma asinha quebrada/ E eu quero que elas voem, companheiro/ Que sua revolução/ Lhes dê um pedaço de céu vermelho/ Para que possam voar” (LEMEBEL, 2000, p. 70-74 – Tradução minha¹).

O texto em epígrafe que abre este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), é referente a alguns trechos do poema *MANIFESTO (Falo por minha diferença)*, escrito pelo ensaísta e ativista homossexual chileno Pedro Lemebel (2000), durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). Esses versos foram utilizados e lidos em setembro

¹ Do original: “**MANIFIESTO (Hablo por mi diferencia)** [...] No soy un marica disfrazado de poeta/ No necesito disfraz/ Aquí está mi cara/ Hablo por mi diferencia/ Defiendo lo que soy Y no soy tan raro/ Me apesta la injusticia/ Y sospecho de esta cueca democrática/ Pero no me hable del proletariado/ Porque ser pobre y maricón es peor/ Hay que ser ácido para soportarlo/ [...] Por mala suerte Como la ditadura/ Peor que la dictadura/ Porque la dictadura passa/ Y viene la democracia/ Y detrasito el socialismo/ ¿Y entonces?/ ¿Qué harán con nosotros compañero?/ ¿Nos amarrarán de las trenzas en fardos con destino a un sidario cubano? / Nos meterán en algún tren de ninguna parte/ [...] ¿El futuro será en blanco y negro?/ ¿El tiempo en noche y día laboral sin ambigüedades?/ ¿No habrá un maricón en alguna esquina desequilibrando el futuro de su hombre nuevo?/ ¿Van a dejarnos bordar de pájaros las banderas de la patria libre?/ [...] ¿Tiene miedo que se homosexualice la vida?/ Y no hablo de meterlo y sacarlo/ Y sacarlo y meterlo solamente/ Hablo de ternura compañero/ Usted no sabe/ Cómo cuesta encontrar el amor/ En estas condiciones/ Usted no sabe/ Qué es cargar con esta lepra/ La gente guarda las distancias/ La gente comprende y dice:/ Es marica pero escribe bien/ Es marica pero es buen amigo/ Súper-buena-onda/ Yo no soy buena onda/ Yo acepto al mundo/ Sin pedirle esa buena onda/ Pero igual se ríen/ Tengo cicatrices de risas en la espalda/ [...] Que la revolución no se pudra del todo/ A usted le doy este mensaje/ Y no es por mí/ Yo estoy viejo/ Y su utopía es para las generaciones futuras/ Hay tantos niños que van a nacer/ Con una alíta rota/ Y yo quiero que vuelen compañero/ Que su revolución/ Les dé un pedazo de cielo rojo/ Para que puedan volar” (LEMEBEL, 2000, p. 70-74).

de 1986, em uma performance em uma manifestação política de esquerda na cidade de Santiago, no Chile (LEMEBEL, 2000).

A primeira vez que eu ouvi esse poema, foi na manhã do dia 11 de setembro de 2019, em uma quarta-feira ensolarada, durante as mobilizações sociais e políticas dos 46 anos de golpe de Estado no Chile, realizados na *Plaza de la Constitución*, na frente do *Palácio de La Moneda*, quando eu estava realizando minha segunda viagem de pesquisas da minha bolsa de iniciação científica – como podemos observar na figura 1. Nessa data extremamente simbólica e traumática para o povo chileno, essa performance foi feita dois meses antes do movimento revolucionário *Chile Despierta*. Nesse momento, já era notório a insatisfação e a raiva da população ao autoritarismo, aos crimes de Estado e a neoliberalização da vida. Na ocasião, encontrei um país que estava na luta pela construção de um Chile mais democrático e equitativo.



Figura 1: Performance feminista do poema *MANIFESTO (Falo por minha diferença)*, 11 de setembro de 2019. Arquivo pessoal do autor

A escolha do poema-epígrafe foi uma estratégia metodológica que optei para levantar duas questões que considero fundamentais nesta parte inicial da investigação: entender que o pessoal é político (HANISCH, 1969; MILLET, 1995) e quais utopias estamos dispostos a construir desde nossas vivências e espaços. Nesse sentido, se minhas experiências individuais são cercadas pela política, o recorte deste TCC também é.

Ao adotar essa postura epistemológica, pontuo a importância de relacionarmos nossas histórias individuais com histórias globais, afinal, vivemos em sociedade, logo, uma se conecta a outra dialeticamente (CVETKOVICH, 2008). Desse modo, defendo uma perspectiva que leve em conta os afetos e as emoções, para que, assim, se possa criar algumas alternativas para (des)construir e descolonizar o conhecimento (CVETKOVICH, 2008; CVETKOVICH, 2012; AHMED, 2015; RÓSON; MEDINA-DOMÉNECH, 2017).

Nesse sentido, nesta investigação me propus a pensar e discutir algumas ferramentas metodológicas para o estudo das sexualidades dissidentes brasileiras, desde as memórias, os arquivos, as emoções e os traumas pelo viés da interseccionalidade. Na questão afetiva, ressalto que é imprescindível trazer os aspectos emocionais para nossas pesquisas, afinal, nas humanidades lidamos com pessoas. Nesse sentido, é muito problemático descartar esse ponto para a construção do conhecimento, sobretudo pela postura cartesiana e acrítica que isso acarreta sobre determinados recortes de pesquisas, tendo em vista que está se fazendo uma dicotomia entre corpo e mente. A crítica dessa postura já é um bem debate antigo, que remonta ao século XVII, com o filósofo holandês Baruch Espinoza, que já naquela época colocou os afetos e as emoções no escopo de seus trabalhos, compreendo a indissociação entre corpo e mente (JAQUET, 2011).

A reflexão e a escrita deste TCC foram possíveis graças aos meus trabalhos realizados como bolsista de iniciação científica no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entre os anos de 2018 e 2021. Contando com orientação da Prof^a. Dr^a. Cristina Scheibe Wolff, tive a oportunidade de investigar e estar na equipe de dois de seus grandes projetos: *Políticas da emoção e do gênero nas resistências às ditaduras do Cone Sul e Mulheres de Luta: Feminismo e Esquerdas no Brasil (1964-1985)*². Através das múltiplas trocas de conhecimento e afetos construídos no LEGH, a motivação e a origem da escolha do recorte deste trabalho vêm dos trabalhos que venho realizando nesses últimos três anos.

O tema que permeia este TCC é compreender a questão das memórias das sexualidades dissidentes no final da ditadura militar no Brasil (1978-1985). Através da

² Nesse sentido, este trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

análise do maior arquivo brasileiro e latino-americano sobre história social³, o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), este trabalho procura mobilizar algumas de suas coleções documentais para entender a questão da memória de lésbicas, homossexuais, travestis e transexuais durante o período ditatorial (1964-1985). No âmbito quantitativo, as documentações que foram doadas e estão disponíveis em relação aos movimentos e populações LGBTQI+ no AEL são centradas no movimento homossexual e lésbico dos anos 1960, 1970, 1980 e 1990. Contudo, qualitativamente há um número pequeno, mas relevante, de documentações raríssimas dos anos 1970 e 1980 de travestis e de um rapaz transexual, ao qual tivemos acesso, como em panfletos, manifestos e correspondências.

Esta monografia propõe problematizar algumas fontes digitalizadas pela equipe do Projeto Mulheres de Luta no AEL, coletadas através da primeira viagem de campo da qual participei, realizada em outubro de 2018⁴. Nesse sentido, para embasar esta investigação, utilizei três coleções do AEL: como a pasta do grupo “Somos”, do “Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF)” e do grupo “Outra Coisa”. Elegi o recorte das minhas fontes pela importância da história desses três movimentos organizados. O Somos: Grupo de Afirmação Homossexual foi o primeiro movimento organizado na causa e luta homossexual no Brasil, formado em 1978. Conforme indicam os documentos do histórico da organização, o grupo

surgiu [...] à partir de uma idéia comum a várias pessoas, para possibilitar o encontro de homossexuais (homens e mulheres) fora dos costumeiros ambientes de badalação e de pegação. Com isto, procurávamos um conhecimento mútuo que fosse menos aleatório e a discussão da nossa sexualidade, de maneira franca e digna” (SOMOS, S/D, AEL/Unicamp).

Já o GALF foi fundado no dia 17 de maio de 1980, quando, depois de uma série de situações machistas e misóginas dentro do Somos, algumas mulheres lésbicas decidem criar um grupo autônomo, o primeiro no Brasil (ZANATTA, 1996/1997; FERNANDES, 2015; FERNANDES, 2018b; BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019; IRÉ; SILVA; LENZI, 2019). De acordo com o seu estatuto: “GALF’ é a denominação

³ Conjuntos documentais de história social ampliam acervo do AEL: Arquivo Edgard Leuenroth, o maior do gênero da América Latina, incorporou recentemente 11 coleções, entre as quais a do Centro Pastoral Vergueiro. Jornal da Unicamp. Campinas. Publicado em: 13 a 19 de junho de 2016. Disponível em:

<https://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_659_paginacor_06e07_web.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

⁴ Durante os dias 14 a 21 de outubro de 2018, Lara Lucena Zacchi, Jair Zandoná e eu estivemos em uma viagem de campo no AEL digitalizando milhares de documentos sobre os movimentos feministas durante a ditadura brasileira.

da Entidade constituída por mulheres, fundada em dezessete de maio de 1.980, sem preconceito de raça, cor, nacionalidade, credo religioso ou político partidário, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica [...]” (GALF, 1980, AEL/Unicamp).

Assim como o GALF, o grupo Outra Coisa: Ação Homossexualista é fruto das dissidências internas no Somos. Foi criado em 17 de maio de 1980, na cidade de São Paulo a partir de uma ideia conjunta de dez integrantes do Somos. Antônio Carlos Tosta, um dos membros fundadores do Outra Coisa, em documento da constituição do grupo, registra que a Convergência Socialista (CS)⁵ estava comprometendo a autonomia do Somos, tendo em vista que o documento interno da CS e que chega no Somos, orienta como alinhar o grupo paulista e demais movimentos organizados do Brasil de maneira a incentivar a adesão de homossexuais à CS e ao Partido dos Trabalhadores (PT), ‘transformando-os em ‘caixa de ressonância’ de suas propostas político-partidárias” (OUTRA COISA, 1983, AEL/Unicamp).

Ao pensar sobre a história desses movimentos organizados, esta investigação tem como objetivo compreender a importância do AEL e do seu trabalho de preservação da memória sobre as sexualidades dissidentes no final da ditadura brasileira. Nesse sentido, busco contextualizar e problematizar, numa perspectiva feminista e historiográfica, a formação política do movimento de liberação homossexual no Brasil.

Essas três pastas do AEL são vastas, contendo cartas, documentos de constituição e histórico dos grupos, documentos relatando as ações desde o início das atividades, documentos sobre a participação em eventos e dentro outros. No primeiro capítulo deste TCC me debruçarei com mais profundidade sobre o montante dessas coleções.

Com as experiências e investigações já realizadas por mim sobre o corpo documental do AEL⁶, almejo neste trabalho compreender a relação entre memória, arquivo, trauma, emoções e resistências expressa pelas suas diferentes fontes.

⁵ De acordo com Borges e Zandoná (2020, p. 402): “em julho de 1979 foi fundado, em São Paulo, o primeiro grupo com viés socialista no Brasil. Chamado de Facção Homossexual da Convergência Socialista (FHCS) e, conforme indica seu boletim nº 01, de abril de 1981, foi articulada através de um grupo de mulheres e homens homossexuais dentro da Convergência Socialista (CS) – grupo com viés socialista e trotskista, fundado em agosto de 1978 no Brasil. Nesta perspectiva, a FHCS tinha como propósito a luta pela causa homossexual de forma mais ativa e prática na rua. De acordo com esse documento inaugural, ‘com a formação desse grupo, a CS tornou-se a primeira organização política da América do Sul a adotar a luta homossexual não só na teoria de seu programa, mas também na prática’ (BOLETIM DA FACÇÃO HOMOSSEXUAL DA CS, nº 01, 1981. In: AEL/Unicamp)”.

⁶ Cf. BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019; BORGES; ZANDONÁ, 2020; ZACCHI; BORGES, 2020.

Através de sua vasta documentação, um dos resultados que pretendo alcançar nessa investigação é entendê-lo com um complexo lugar de memória das sexualidades dissidentes durante o final da ditadura brasileira (NORA, 1993; ZACCHI; BORGES, 2020).

Quando defino o AEL como um lugar de memória, o caracterizo como um espaço imbuído de sentido material, simbólico e funcional, tal como definiu o historiador francês Pierre Nora (1993) em sua célebre contribuição a historiografia *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Nesse sentido, compreendo o AEL como um espaço material, por preservar um determinado conteúdo tangível; como simbólico, por ser capaz de significar determinada experiência de uma minoria obliterada pelas narrativas oficiais, e, por fim, como funcional, por ser capaz de possibilitar a retomada, construção e transmissão de uma determinada memória passível de esquecimento (NORA, 1993). Dessa forma, a importância do trabalho de determinado arquivo se faz pertinente, na medida em que:

os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardadas nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (NORA, 1993, p. 13).

Ao refletirmos que a memória oficial e os silêncios de qualquer nação não são naturais (POLLAK, 1989; NORA, 1993; CVETOKOVICH, 2008; AHMED, 2015), centralizo a importância da documentação do AEL enquanto fonte historiográfica que possibilita uma escrita da história que (re)pense e inclua os significados dessas memórias traumáticas (CVETOKOVICH, 2008; AHMED, 2015), dos afetos, emoções e resistências das sexualidades dissidentes na ditadura brasileira (BORGES; ZANDONÁ, 2020; ZACCHI; BORGES, 2020), a partir da utilização e publicização desses documentos enquanto mobilizadores da pesquisa e do ensino de uma história crítica.

Ao levar em conta que os apagamentos da história das sexualidades dissidentes são silenciamentos políticos (VERAS; PEDRO, 2018), ressalto a relevância da produção de narrativas históricas desde o AEL. Dessa maneira, almejo com este TCC, ainda que de forma breve, aprofundar a problematização dessas memórias traumáticas que ainda se mantêm na história recente do Brasil.

É interessante pontuar que o autoritarismo e o estado de exceção não se originam na ditadura, mas nela se intensificaram, já que essas categorias são estruturais na brutal realidade social, política e econômica no Brasil, enquanto país de capitalismo dependente (FERNANDES, 1975). Na história do tempo presente, sobretudo nos últimos cinco anos, essas duas categorias têm se mostrado ainda mais latentes no cenário nacional, sobretudo após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, realizado pela elite econômica, ou do atraso, como diria o sociólogo brasileiro Jessé Souza (2017). Desde então, com a chegada da extrema-direita ao poder, com sua neoliberalização selvagem da vida, aliada a discursos moralistas, machistas, LGBTQI+fóbicos, cristofascistas, anti-esquerda e anti-intelectualidade, a política do esquecimento e da criminalização dos movimentos sociais vêm sendo a tônica no Brasil.

Nesse sentido, este TCC busca contribuir para que algumas narrativas e histórias traumáticas que ainda não foram muito esclarecidas, sejam mobilizadas, para que assim possibilite termos um pouco mais de consciência das arbitrariedades dos crimes de Estado cometidos durante a ditadura e nos dias de hoje, para que, desse modo, possamos construir um Brasil mais democrático. Assim, o AEL pode ser concebido como um arquivo de traumas, tendo em vista que suas coleções nos ajudam a abordar uma série de histórias que devemos “nunca esquecer” (CVETOKOVICH, 2008, p. 268).

Nesta investigação considero a categoria trauma como chave para analisarmos o período ditatorial e a atualidade, afinal esse conceito mobiliza muitas áreas do conhecimento para entendermos as memórias das dores e da violência física e emocional da repressão sofrida pelas sexualidades dissidentes brasileiras (CVETOKOVICH, 2008; ENDO, 2013). De acordo com psicanalista brasileiro Paulo Endo (2013), o trauma é considerado um campo fundamental em debates que envolvem a memória social e política de períodos repressivos e autoritários

Em relação a essas memórias traumáticas, a historiadora brasileira Cristina Scheibe Wolff (2013), em seu artigo *Resistência e gênero nos arquivos das ditaduras militares do Cone Sul*, fez apontamentos interessantes sobre a dialética entre trauma e a luta na construção de redes de resistências, compreendendo que,

se estes arquivos abrigam memórias duras, tristes, difíceis, eles abrigam igualmente uma história de pessoas, [...] que nunca desistiram, que resistiram, que utilizaram as armas da emoção e dos sentimentos, do gênero, da denúncia, para construir um outro tempo. Eles abrigam uma esperança (WOLFF, 2013, p. 470).

Nesse sentido, Wolff nos faz refletir que essas memórias traumáticas no Brasil e outros países do Cone Sul nesse momento, que também estavam sob ditaduras, devem ser pensadas em suas complexidades nas múltiplas formas de articulação e resistência frente às relações de poder. Desse modo, o trauma “serve como ponto de entrada em um vasto arquivo de sentimentos, as muitas formas de amor, raiva, intimidade, tristeza, vergonha e muito mais que fazem parte da vibração das culturas *queer*” (CVETOKOVICH, 2008, p. 20 – Tradução minha⁷).

Ao me orientar a novas perspectivas sobre a ditadura brasileira e o conjunto documental do AEL, opto por uma direção epistêmica e heurística feminista que não só analisa a natureza das relações de poder e opressão do período ditatorial para com as sexualidades dissidentes, mas, também, que historiciza as cartografias das redes de resistências formadas por essas populações no período, não só no âmbito público das assembleias nas ruas ou dentro dos movimentos sociais, mas também no privado, levando em conta a esperança e outras emoções que foram importantes para resistir e sobreviver a esse momento. Desse modo, esse giro reparativo nos permite “recuperar do passado formas emancipatórias de resistir às hegemonias[,] desde o afeto” (RÓSON; MEDINA-DOMÉNECH, 2017, p. 411 – Tradução minha⁸).

Tendo em vista que os arquivos e as memórias não são somente objetos do passado para os/as historiadores/as, mas, que, continuam no presente nos auxiliando e sendo úteis para responder problemas históricos e estruturais de desigualdades sociais, este trabalho propõe um “giro reparativo”, assim como pontua María Rosón e Rosa María Medina-Doménech (2017). Nesse sentido, ao adotar essa postura:

posicionada reparativamente, a esperança é a energia que a põe em movimento e com a qual tenta ordenar [...] [a] escrita. Desde esta posição, não é difícil acreditar que, se o futuro pode ser diferente do nosso presente, é possível que 'o passado também possa ter acontecido de uma maneira diferente do que aconteceu' (Sedgwick, 2003: 148)” (apud RÓSON; MEDINA-DOMÉNECH, 2017, p. 411 – Tradução minha⁹).

Ao adotar essa posição epistemológica, é importante pontuar que o AEL será útil para pensarmos historicamente - o passado, presente e futuro - da repressão da

⁷ Do original: “serves as a point of entry into a vast archive of feelings, the many forms of love, rage, intimacy, grief, shame, and more that are part of the vibrancy of queer cultures” (CVETOKOVICH, 2008, p. 20).

⁸ Do original: “recuperar del pasado maneras emancipadoras de resistir a las hegemonias[,] desde el afecto” (RÓSON; MEDINA-DOMÉNECH, 2017, p. 411).

⁹ Do original: “reparativamente posicionada, la esperanza es la energía que la pone en movimiento y con la que intenta ordenar [...] [la] escritura. Desde esta posición, no es difícil creer que si el futuro puede ser diferente a nuestro presente, es posible que ‘el pasado, también, pueda haber sucedido de otra manera diferente a la que ocurrió’ (Sedgwick, 2003: 148)” (apud RÓSON; MEDINA-DOMÉNECH, 2017, p. 411).

ditadura, mas também das alianças e redes de apoios formadas. Quando refletimos sobre os traumas da ditadura, enfatizo sua natureza social, cultural, política e histórica (CVETKOVICH, 2008; EYERMAN, 2019).

No livro *Memory, Trauma, and Identity [Memória, trauma, e identidade]*, do sociólogo estadunidense Ron Eyerman (2019), ao analisar seu antigo trabalho *The Assassination of Theo van Gogh: From Social Drama to Cultural Trauma [O assassinato de Theo van Gogh: do drama social ao trauma cultural]* (2008), discute umas das concepções que podemos ter sobre a categoria trauma. Em suas palavras, o trauma pode ser considerado um: “rasgo no tecido social, que requer interpretação e reparação’ (Eyerman 2008: 22), [...] [o qual,] ‘nos permite definir fronteiras em torno de uma ocorrência que remonta ao passado e avança para o futuro’ (Eyerman 2008: 164)” (apud EYERMAN, 2019, p. 5 – Tradução minha¹⁰).

Ao relacionar a categoria trauma com o AEL, busco compreender que através deste lugar de memória é possível problematizarmos várias questões sobre as sexualidades dissidentes no final da ditadura no Brasil. Ao tomar em conta que o AEL desafia os moldes tradicionais de arquivo, nessa investigação procuro entender as diferentes dores, traumas, emoções e resistências em seus documentos (CVETKOVICH, 2008; RÓSON; MEDINA-DOMÉNECH, 2017; BOURCIER, 2018).

Nas últimas três décadas, sobretudo no pós-1985, com o fim da ditadura no Brasil, houve uma ampliação documental e arquivística sobre o recorte temporal da ditadura – como foi o caso do AEL e outros arquivos -, possibilitando, assim, a construção de novos arcabouços teórico-metodológicos por parte de especialistas em diferentes campos sobre o período. Nesse sentido, com o trabalho de pesquisadores/as estrangeiros/as e nacionais – haja vista o aumento dos programas de pós-graduação e das bolsas nas universidades públicas brasileiras -, houve uma grande emergência epistemológica, com várias publicações de peso de diferentes perspectivas e lugares, discutindo questões sobre as dissidências sexuais brasileiras¹¹. Mesmo com esse aumento nas ciências humanas, ainda há muitas questões a serem discutidas, assim como trabalhos a serem produzidos sobre as

¹⁰ Do original: “tear in the social fabric, which requires interpretation and repair’ (Eyerman 2008: 22), [...] ‘permits us to set boarders around an occurrence that reaches back into the past and forward into the future’ (Eyerman 2008: 164)” (apud EYERMAN, 2019, p. 5).

¹¹ Cf. TREVISAN, 1986; GREEN, 2000; FACCHINI, 2010; GREEN, 2015; GREEN, 2018; MACRAE, 2018a; MACRAE, 2018b; QUINALHA, 2017; GREEN; QUINALHA; CAETANO; FERNANDES, 2018; VERAS; PEDRO, 2018; IRE, SILVA, LENZI, 2019; BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019; RAMOS, 2019.

narrativas de resistências e de agências – sobretudo nos “temas comportamentais, [nas] discussões de gênero e [nas] questões sexuais” (QUINALHA, 2017, p. 23).

Apesar dos apagamentos e da busca por reparação histórica sobre o período ditatorial, realizados nos últimos anos, nota-se que os Feminismos e os Estudos de Gênero e das Sexualidades vêm sendo campos de batalha nas conservadoras e autoritárias sociedades da América Latina. Países como o Brasil, México, Costa Rica, Equador, Colômbia, Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai, tiveram projetos e mobilizações sociais e políticas que visavam combater a “ideologia de gênero”. Esse movimento conservador dialoga com práticas totalitárias e estimula a censura explícita de professores/as, sob o disfarce de combater uma suposta “doutrinação esquerdista” nas salas de aula. Também, o projeto visa combater um comunismo imaginário dentro as escolas, reproduzindo ideais conservadores e preconceituosos, que marginalizam sujeitos/as e censuram à docência de uma educação crítica e democrática. No Brasil, esse projeto ficou conhecido como o Escola Sem Partido (CAMPANA, 2020; CORRÊA; KALIL, 2020; DELGADO, 2020; HERNANDEZ; 2020; RAMÍREZ, 2020; VITERI, 2020; PÉREZ; ARANDA, 2020; SOTO; SOTO; 2020; INGLESÍAS; KREHER; ABRACINSKAS; PUYOL, 2020).

Este TCC se localiza entre os campos da história social, cultural e das emoções das sexualidades dissidentes durante a ditadura brasileira. Nessa linha, compreendemos nessa investigação, assim como pontuam Rejane Barreto Jardim e Jordana Alves Piepper (2010) - analisando a obra de Roger Chartier (1990) -, que é interessante pensarmos em um caminho do meio em nossas investigações, ou seja, “uma história social do cultural ou uma história cultural do social (1990, p. 97), encaminhando para uma escrita da história que apresente formas narrativas de análise ou formas analíticas de narrativa” (JARDIM; PIEPPER, 2010, p. 90). Nessa ótica, e tendo em vista a complexidade dos documentos que compõem o AEL, foi necessário não restringir esta monografia a um só campo da história. Dessa forma, utilizo várias áreas com o propósito de ampliar meu escopo teórico-metodológico. Nesse sentido, as teorias feministas e foucaultianas contribuem para essa pesquisa para entendermos que:

é impossível negar a importância da noção de poder que perpassa a relação entre os sexos, e que essa relação poderia significar um modo primordial de exercício de poder, entendendo o conceito de poder para além do político, para além do social e, quem sabe, aproximando-se de uma definição do que seria o cultural (JARDIM; PIEPPER, 2010, p. 90-91).

Quando se utiliza uma variedade de métodos, sobretudo numa ótica das relações de gênero e sexualidade, tensionamos uma série de histórias vivas de cicatrizes, sentimentos e lutas (CVETOKOVICH, 2008; BOURCIER, 2018), sobretudo tendo como referência a documentação do AEL. Desse modo, ao mobilizar as coleções documentais das sexualidades dissidentes, busco problematizar diferentes camadas de tempo na história do Brasil (MARQUES, 2017; JORDHEIM, 2018).

Este TCC é dividido em duas partes. No primeiro capítulo, intitulado “AEL como um lugar de memória das sexualidades dissidentes no Brasil”, busco refletir a história de formação do AEL durante os chamados “anos de chumbo” da ditadura militar brasileira. Além disso, contextualizarei a história dos primeiros trabalhos de recolhimento e preservação de documentos provenientes do emergente movimento lésbico e homossexual brasileiro. Nesse sentido, discutirei o seu complexo lugar de lugar de memória e espaço de resistência (NORA, 1993; ZACCHI; BORGES, 2020), pensando os conflitos de memórias e os silenciamentos no cenário contemporâneo brasileiro.

No segundo e último capítulo, denominado “AEL como um arquivo vivo de traumas da ditadura brasileira”, me debruçarei sobre essas múltiplas memórias de lutas, traumas e emoções das sexualidades dissidentes brasileiras e como podem ser compreendidas desde as suas coleções documentais numa ótica historiográfica, feminista e interseccional.

2. CAPÍTULO I - AEL COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES NO BRASIL

Este primeiro capítulo conta sobre a história do AEL, na medida em que essa história nos ajuda a compreender melhor a própria constituição do acervo e seu conteúdo. No primeiro subcapítulo, refletirei sobre a sua formação durante os chamados “anos de chumbo” da ditadura militar brasileira (1964-1985), entre 1968 e 1974. Mesmo com uma situação bastante longe de ser ideal, o AEL, desde sua fundação em 1974, conseguiu lograr um lugar de destaque em seu trabalho de preservação patrimonial sobre diversos movimentos sociais brasileiros ao longo da ditadura, entre as décadas 1970 e 1980 (GALVÃO, 2012). Nesse sentido, se constituiu enquanto um espaço de resistência, possibilitando que essas histórias de lutas não caíssem no esquecimento (POLLAK, 1989; NORA, 1993; ZANATTA, 1996/1997; GALVÃO, 2012; ZACCHI; BORGES, 2020).

Contextualizarei ainda nessa primeira parte, que a partir de 1985, o AEL começa os primeiros trabalhos de recolhimento e preservação de documentos provenientes do emergente movimento lésbico e homossexual brasileiro. Desde então, o AEL vem se consolidando como uma referência nacional e internacional na preservação da(s) memória(s) de diversos movimentos sociais (ZANATTA, 1996/1997; GALVÃO, 2012; BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019; ZACCHI; BORGES, 2020).

Ao entendermos as possibilidades epistemológicas do conjunto documental do AEL - sobretudo para a o campo da memória, da história social, da história cultural e da história das emoções sobre a ditadura no Brasil -, refletirei no segundo e último subcapítulo, como o seu patrimônio pode ser considerado um complexo lugar de memória das sexualidades dissidentes (ZACCHI; BORGES, 2020). Nesse sentido, farei uma breve discussão sobre os conflitos de memórias e os silenciamentos no cenário contemporâneo brasileiro. Nessa esteira, centralizarei o papel da importância social, cultural e política do AEL para a preservação dessas memórias dissidentes e subterrâneas (POLLAK, 1989) do período ditatorial. Além disso, discutirei e advogarei a importância dos/as historiadores/as para esse trabalho.

2.1 A história do AEL e os desafios de se criar um arquivo em uma universidade pública na ditadura militar

“Leuenroth morrera em 1968, justamente o ano do AI-5, que fecharia o regime e instituiria o terror de Estado. Seu espólio, depositado num galpão no Brás e conhecido de Michael M. Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, corria portanto perigo, e toda a operação de resgate seria feita na clandestinidade, durante o mais negro¹² período sob o poder das fardas, o governo Médici. A preocupação era tanta que se temia a possibilidade de um atentado a bomba contra o galpão” (GALVÃO, p. 24-25, 2012).

É no traumático contexto de Estado de exceção – em mais um episódio da história da república brasileira, durante a ditadura militar - que o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) foi formado. Fundado no ano de 1974, o seu processo de formação se entrelaça com o momento histórico durante o qual foi criado.

Em 1968, com a implementação do Ato Institucional nº 5, a repressão e o autoritarismo foram intensificados no Brasil. Instituído pelo ditador Artur da Costa e Silva (1967-1969), o AI-5 estabeleceu o fortalecimento do aparato de censura e da violência de Estado, ao possibilitar o poder da repressão aos militares e governantes para punir aquelas/es que fossem consideradas inimigas/as da pátria. Estávamos em um dos momentos mais brutais da história da república brasileira, marcado pelas prisões de militantes de esquerda, pela repressão estrita a todos os movimentos sociais e pela censura de todos os meios de comunicação (D'ARAÚJO, S/D; FICO, 2008).

Nesse mesmo conturbado ano de 1968 no cenário nacional, Edgard Frederico Leuenroth vem a falecer com seus quase 87 anos de vida - faltando um pouco mais de um mês para o seu aniversário. Leuenroth foi um consagrado jornalista, militante anarquista e líder da Greve Geral de 1917, a primeira grande mobilização dos/as trabalhadores/as na primeira república brasileira (1889-1930) (GALVÃO, 2012). Com seus mais de 60 anos de vida política, o militante anarquista conseguiu acumular uma

¹² Para este TCC, infelizmente não cabe uma crítica aprofundada sobre as relações de poder com essa figura de linguagem empregada pela autora. Todavia, como feminista, defendo que é de extrema importância criticarmos a relação ou associação de perigosidade à cor negra e à negritude como um todo (NASCIMENTO, 2019). E, a final de contas, quais seriam essas violências simbólicas e linguísticas? De acordo com o linguista brasileiro Gabriel Nascimento, - em seu recente livro - *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo* (2019, n.p): “ao serem politizadas, as línguas têm cor, gênero, etnia, orientação sexual e classe porque elas funcionam como lugares de desenhar projetos de poder, dentre os quais o próprio colonialismo fundado a partir de 1492 e a colonialidade que ainda continua entre nós como continuidade dele”. Ao tomarmos em conta a relação entre o poder e o discurso (FOUCAULT, 1999), é crucial - para a construção do conhecimento crítico - desnaturalizarmos e problematizarmos qualquer fonte de desigualdades construídas nos corpos (NASCIMENTO, 2019).

série de livros e documentos que remontam à história da formação do proletariado e às complexidades das lutas de classes da república velha. De acordo com Walnice Galvão (2012), Leuenroth

reuniu pacientemente durante toda a vida um acervo realmente monumental de documentos impressos, como jornais, folhetos, boletins, etc., não encontráveis noutra parte, através dos quais é possível levantar de maneira cabal alguns aspectos de nossa história recente, que de outro modo ficariam sem o devido apoio documentário (GALVÃO, 2012, p. 25).

Nesse sentido, ao colecionar seus documentos, Edgard foi responsável pela formação de um dos maiores acervos existentes sobre a memória dos movimentos operário e anarquista no Brasil (GALVÃO, 2012). De acordo com o site do AEL, “dentro os documentos de Edgard[,] estão mais de 1030 títulos de periódicos e cerca de 3.500 livros”¹³. Sua documentação pessoal fazia parte de seu projeto revolucionário de propaganda e educação destinado à memória dos/das trabalhadores/as brasileiros/as¹⁴.

Para Walnice Galvão (2012), o resgate de arquivos é uma das missões culturais mais importantes e urgentes a se fazer, sobretudo das memórias políticas ameaçadas por ditaduras ou regimes totalitários. Ao refletirmos sobre a fundação do AEL em 1974, ressalto que foi realizada sob um contexto brutal instituído violentamente pela ditadura militar brasileira a partir do Golpe de 1964. Os 21 anos seguintes, até 1985, foram marcados pela censura, perseguição, repressão e tortura aos corpos e subjetividades daqueles/as que, de distintas maneiras, ousaram resistir as regras do regime (GREEN, 2018; BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2020; WOLFF; ZANDONÁ; MELLO, 2019). Dentro dessa esteira do autoritarismo, universidades, escolas, arquivos, bibliotecas e outras instituições públicas também estavam sob constante vigilância do Estado e dos militares (MOTTA, 2014).

De acordo com Galvão (2012), o salvamento de arquivos de intelectuais de esquerda tornou-se tarefa de primeira ordem ao longo desse período. Segundo a professora e ensaísta brasileira, alguns acervos foram perdidos e apreendidos pela ditadura, tal como foi o caso de Astrojildo Pereira - que era um “respeitado intelectual que foi um dos nove fundadores do Partido Comunista e seu primeiro secretário-geral” (GALVÃO, 2012, p. 24). Os livros de sua biblioteca, por exemplo, foram parar em sebos para serem vendidos (GALVÃO, 2012).

¹³ Disponível em: <<https://www.ael.ifch.unicamp.br/edgard-leuenroth>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

¹⁴ Op. cit.

Conforme compreendemos com a epígrafe inicial - e com o desenrolar desse capítulo -, a história de formação do AEL estava inserida no contexto de censura e clandestinidade, onde o transporte da documentação de Edgard Leuenroth foi realizado sob ameaças de bombas. Foi a iniciativa de intelectuais engajados que fizeram o AEL virar uma realidade concreta. Por meio dos professores Michael M. Hall, Paulo Sérgio Pinheiro, Manoel Tosta Berlinck, Fausto Castilho e do então reitor da Unicamp, Zeferino Vaz, que esse empreendimento foi possível (GALVÃO, 2012). Nesse sentido, a união desses servidores públicos foi de suma importância para a aquisição da documentação de Edgard.

Galvão pontua que, até a criação do AEL, entre os anos de 1968 e 1974, além da censura da ditadura, as coleções de Edgard foram palco de diversas disputas entre intelectuais de esquerda nacional e internacional – chegando a oferecerem “100 mil dólares, [e] por pouco não tendo levado a melhor” (GALVÃO, 2012, p. 24). A riqueza documental das coleções de Edgard era conhecida em determinados círculos da esquerda brasileira, como era o caso de Caio Prado Jr. – “que cruzara caminhos com Leuenroth nos mesmos cárceres, embora um fosse comunista e o outro anarquista, lhe propusera providenciar abrigo e manutenção por sua conta, sem que a proposta fosse aceita” (GALVÃO, 2012, p. 25). Nesse sentido, portanto, o patrimônio documental de Edgard estava em ampla disputa nesse contexto histórico.

Em regimes autoritários, as estratégias e as resistências se configuram de diferentes formas para sobrevivência conforme às regras do jogo. Apesar do brutal contexto de perseguições - próprias de uma ditadura totalitária -, a colaboração dos professores da Unicamp, sobretudo de Michael M. Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, e de outras intuições foram fundamentais para a fundação do AEL. Nesse sentido, mesmo na clandestinidade, foi possível o deslocamento dos documentos de Edgard que estavam no galpão no bairro do Brás, na cidade de São Paulo, para o espaço em que se encontra até hoje, no IFCH da Unicamp (GALVÃO, 2012).

Em seus anos iniciais, houve um relevante trabalho de organização e preservação, destacando-se o esforço de Marco Aurélio Garcia em administrar por muitos anos o arquivo. Além disso, entre 1973 e 1974, o AEL obteve um incentivo estatal por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que possibilitou a continuidade e fortalecimento do acervo (GALVÃO, 2012). E é nesta questão de financiamento que levanto um ponto interessante para

pensarmos sobre a criatividade e as estratégias dos/das professores/as frente ao autoritarismo do período.

De acordo com Galvão (2012), Azis Simão e Antonio Candido buscaram armar uma cortina de fumaça na escrita do *Projeto de Aquisição*¹⁵ - o primeiro grande edital de recursos destinados ao AEL. Galvão nos explica que, Simão e Candido - autores para esse projeto -, para conseguirem ganhar o edital, escreveram e atribuíram à figura de Edgard Leuenroth: “uma generalidade histórica[,] e jamais é mencionada a classe operária ou a formação do proletariado” (GALVÃO, 2012, p. 25) para as suas documentações. Desse modo, optaram metodologicamente por mencioná-lo como um grande “‘humanista’ e não como anarquista” (GALVÃO, 2012, p. 25). E, com essa estratégia, conseguiram serem aprovados para a obtenção de recursos - tão importante nesse momento inicial.

Como mencionado anteriormente, o AEL obteve também apoio de outras instituições nesse momento. Face ao governo totalitário que ameaçava o conteúdo do acervo no seu período inicial, seus organizadores perceberam a necessidade de microfilmar os documentos recebidos, salvaguardando-os em mais dois lugares: uma cópia foi encaminhada para o Instituto Internacional de História Social em Amsterdã, na Holanda, e outra esteve depositada nos cofres do banco Citibank (GALVÃO, 2012). O trabalho de coleta e preservação, então, se faz ainda mais significativo se levarmos em conta a conjuntura instituída pelos aparatos do Estado e por uma parcela da sociedade civil, havendo repressão contra quaisquer ideias e manifestações designadas como de esquerda.

A partir de 1985, devido à recuperação e doação de uma variedade de documentos que remontam diversos movimentos sociais brasileiros a partir de seus diferentes vieses, o AEL se consolidou como referência no trabalho de preservação da(s) memória(s) de diferentes movimentos de dissidência sexual. Também, de um modo geral, das militâncias feministas e das esquerdas atuantes no período da ditadura militar brasileira (ZACCHI; BORGES, 2020).

A sua criação se estabeleceu em meio às distintas ameaças de um regime ditatorial e, devido ao trabalho cuidadoso de toda uma equipe, que não se intimidou e

¹⁵ Segundo Galvão (2012, p. 24): o “marco fundador (1973-1974) [do AEL] é o *Projeto de Aquisição*[,] apresentado à Fapesp, tendo por responsável Manoel Tosta Berlinck. Os avalistas foram Fernando Novais, Ítalo Tronca, Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento Pinheiro e José Roberto do Amaral Lapa. O recibo da importância de Cr\$ 40.000,00 foi assinado por Germinal Leuenroth”.

se dissolveu frente às relações de poder. Face a essas colocações, compreendemos as maneiras pelas quais foi possível inaugurar um arquivo considerado como subversivo à sua época.

Entendo que, ao atuar como forma de preservar o patrimônio ameaçado pelas estruturas dominantes de poder, o AEL tornou-se um prestigioso lugar de memória de diversos movimentos sociais brasileiros (ZANATTA, 1996/1997; GALVÃO, 2012; ZACCHI; BORGES, 2020), sendo considerado o maior arquivo de história social do Brasil e da América Latina¹⁶, chegando a possuir em meados da década de 2010 “mais de 120 conjuntos documentais, aproximadamente 2.900 metros lineares de documentação, 13 mil títulos de periódicos, 25 mil livros, 12 mil rolos de microfilmes, 60 mil fotografias, entre outros suportes”.¹⁷

Ao termos feito este breve sobrevoo para compreendermos um pouco sobre a história e a dimensão patrimonial do AEL, irei no próximo subcapítulo compreendê-lo como um complexo lugar de memória das sexualidades dissidentes no final do período ditatorial, sobretudo entre os anos de 1978 e 1985. Desse modo, a partir de sua riqueza documental, proponho começar o debate abordando brevemente a história de doação das primeiras fontes relacionadas às sexualidades dissidentes no AEL ao longo dos anos 1980 e 1990. Ao fazer esse movimento, busco refletir a importância social e as possibilidades metodológicas de seu acervo para o campo da memória, da história cultural, da história social, da história das emoções e da história das sexualidades dissidentes durante a ditadura brasileira. Em seguida, vou fazer uma descrição mais detalhada dos objetos centrais que sustentam este TCC: as coleções Somos, GALF e Outra Coisa. Logo após, buscarei refletir como a preservação desse grande patrimônio arquivístico possibilita a complexificação de novas perspectivas para a pesquisa e o ensino de história sobre a ditadura brasileira. Além disso, nessa esteira, gostaria também de pontuar e advogar sobre a centralidade do trabalho dos/as historiadores/as em arquivos e outros lugares de memória.

¹⁶ Conjuntos documentais de história social ampliam acervo do AEL: Arquivo Edgard Leuenroth, o maior do gênero da América Latina, incorporou recentemente 11 coleções, entre as quais a do Centro Pastoral Vergueiro. *Jornal da Unicamp*. Campinas. Publicado em: 13 a 19 de junho de 2016. Disponível em:

<https://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_659_paginacor_06e07_web.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.ael.ifch.unicamp.br/acervo>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

2.2 AEL como um lugar de memória: as primeiras doações, os conflitos de memórias e a importância da preservação patrimonial

*“A partir da década de 1980 – em decorrência da redemocratização da sociedade brasileira – foram incorporados documentos relativos aos chamados novos movimentos sociais (feminista, homossexual, estudantil etc.), à repressão política sob a ditadura militar (1964-1985), à formação da opinião pública, à história cultural e agrária do Brasil republicano, bem como documentos produzidos no século XIX, adquiridos da Fundação Biblioteca Nacional e de instituições congêneres. [...] Esta constante ampliação do acervo reflete os interesses temáticos e a expansão dos programas de pós-graduação em funcionamento no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, e principalmente, a sintonia da instituição com a própria história”.*¹⁸

Conforme refletimos na primeira parte deste capítulo - e com o texto em epígrafe -, a história da formação do AEL está intimamente ligada com a luta dos movimentos sociais ao longo da história do Brasil republicano. Além disso, compreendemos que a sua fundação também reflete os interesses e as preocupações da Unicamp de fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão dos seus futuros programas de pós-graduação no campo das ciências humanas, como o que foi visto através do árduo trabalho dos seus professores. E, claro, para além disso, como bem colocado pelo site do AEL, sendo um espaço ímpar para a construção de novas epistemologias da própria história nacional.

Como refletido anteriormente na primeira parte deste primeiro capítulo, a década de 1980 - especialmente o ano de 1985 - é marcada pelo recebimento das primeiras coleções documentais relacionadas aos movimentos de dissidência sexual. Nesse mesmo ano, o então diretor, Marco Aurélio Garcia, enviou convites aos movimentos lésbicos e homossexuais brasileiros para que doassem as suas documentações ao AEL. Entre 1985 e o início da década de 1990, começaram a serem doadas as primeiras coleções documentais de grupos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, encaminhadas tanto por militantes quanto por familiares de pessoas falecidas ligadas aos movimentos organizados (ZANATTA, 1996/1997).

Nesse meio tempo, foram doadas por ex-militantes documentações provenientes do grupo Somos/SP e os jornais da Turma OK/RJ¹⁹ - esse último cedido

¹⁸ Disponível em: <<https://www.ael.ifch.unicamp.br/acervo>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

¹⁹ A Turma OK, da cidade do Rio de Janeiro, foi um dos primeiros grupos de sociabilidades homossexuais do Brasil nos anos 1960. Para compreender com mais profundidade os grupos de sociabilidade homossexuais dos anos 1950 e 1960 (Cf. GREEN, 2000; PÉRET, 2012; SOLIVA, 2018; BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019; BORGES; ZANDONÁ, 2020).

por Agildo Bezerra Guimarães. Em 1988 chegaram as primeiras documentações do grupo Outra Coisa: Ação Homossexualista/SP por meio de Antônio Carlos Tosta – ex-integrante e um dos fundadores do grupo. Já em 1989, foram doadas as primeiras documentações do Grupo Gay da Bahia (GGB)/BA - encaminhadas por Luiz Carlos Mott - e do Triângulo Rosa/RJ - entregue através de João Antônio de Souza Mascarenhas. No final da década de 1990, a família de José Bonachera Melgar enviou mais uma parte da documentação do grupo Outra Coisa e uma pequena quantidade de documentações do GALF/SP. Portanto, as coleções presentes no AEL passaram a remontar a memória de uma parcela de indivíduos e movimentos de dissidência sexual dos anos 1960, 1970, 1980 e 1990 (ZANATTA, 1996/1997; ZACCHI; BORGES, 2020) – haja vista que nenhum arquivo está plenamente completo ou remonta a ontologia global de nenhum recorte histórico. Nesse sentido, “os lugares de memória são, antes de tudo, restos” (NORA, 1993, p. 12).

Para a realização deste TCC, enfocarei, como já mencionado, as coleções: Somos, GALF e Outra Coisa. A seguir, será discutido brevemente o montante dos três conjuntos documentais coletados no AEL, para assim compreendermos materialmente a importância do AEL e do seu trabalho patrimonial sobre a memória das sexualidades dissidentes brasileiras. Alguns dos documentos referentes ao grupo Somos são:

anotações de reuniões e tarefas, endereços, expedição e controle de correspondência e Livro de Ouro; documentação relativa ao Clube de Cinema Somos (papéis administrativos, programação, controles de locação, entre outros); correspondência ativa (1979 a 1986) e passiva (1979 a 1983); panfletos do movimento homossexual; dossiês: AIDS, Leva e Traz e O Corpo, e periódicos (ZANATTA, 1996/1997, p. 218).

Além disso, em suas quase 70 pastas²⁰ podemos encontrar importantes e raríssimas fontes, como em suas documentações históricas – a respeito da cronologia e formação do grupo (como podemos observar na figura 2, intitulada cronologia “somos”, onde é possível visualizarmos alguns dos marcos de suas ações entre os anos de 1979 e 1981) -; nos planos de atividades; em folhetos de divulgação; em documentos, cartazes e cartas do Somos com outros movimentos sociais); atas e pautas de reuniões; convites e informes sobre festas para angariação de fundos; certidão de personalidade jurídica (datada de 06/04/79); nos organogramas do grupo (representado pela figura 3); jornais da grande mídia com o recorte de repressão e estigmatização da homossexualidade, da lesbianidade, da travestilidade e das

²⁰ A equipe do LEGH digitalizou e teve contato com o total de 68 pastas do grupo Somos.

peças soropositivas; documentos e cartas de/com outros movimentos organizados, como do grupo Adé Dúdu: Grupo de Negros Homossexuais/BA, do Somos/Sorocaba-SP, do Somos/MA, do grupo Somos/RJ; do Auê (dissidência Somos/RJ), do Bando de Cá/Niterói-RJ (1980); Grupo Beijo Livre/DF; Gathó: Grupo de Atuação Homossexual/PE, Grupo Nós também/PB; dentre outras centenas de fontes de assuntos diversos que redimensionam a atuação do movimento homossexual brasileiro nesse momento²¹.

CRONOLOGO "SOMOS"

mes	ano/fase	FATOS / ACONTECIMENTOS
maio	1978	Formação do Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais
julho		Divulgação de uma carta analisando o jornal "Lampião"
agosto		Divulgação de uma carta aberta à imprensa e setores democráticos, denunciando as atitudes sexistas da imprensa
setembro		Reunião aberta com pessoas potencialmente interessadas na ampliação do Núcleo e sua organização em sub-grupos
dezembro	1	Adoção do nome Grupo Somos
fevereiro		Participação nos debates sobre minorias, na Faculdade de Ciências Sociais da USP - <i>aula de dogma</i>
março		Entrevista para a revista Manchete, sobre a organização do movimento homossexual
abril		Formação do Núcleo de Defesa dos Direitos Homossexuais junto aos grupos Eros e Libertos; carta ao jornal "Da Tempo" protestando a inclusão da palavra homossexual como característica de 4 torturadores; matéria sobre a absolvição do jornalista Celso Cay
maio	1979	Entrevista de apresentação do Grupo Somos (sua origem e desenvolvimento) ao jornal "Lampião"
junho		Abertura da nossa caixa postal
julho		Divulgação da "carta de Roma" sobre o Congresso Internacional pela Anistia e Liberdades Democráticas no Brasil
agosto		Articulação e formação do Comitê de Defesa do jornal "Lampião"
outubro	2	Crise interna
novembro		Reestruturação do Grupo Somos; participação no dia de Zumbi (dia de consciência negra) junto ao movimento negro, sendo esta a nossa primeira manifestação pública
dezembro		Circulação do nº 0 do nosso jornal interno Suruba; participação da I prévia do I EBHO
janeiro		Circulação do nº 1 do nosso jornal interno Suruba
fevereiro	1980	Debates internos sobre feminismo; participação da II prévia do I EBHO
março		Participação no II Congresso da Mulher Paulista; organização do I EBHO
abril		Participação no I ENCONTRO BRASILEIRO DE HOMOSSEXUAIS (I EBHO)
maio		Participação de vários elementos do Grupo no primeiro de maio unificado; participação no dia 13 de maio (dia nacional de protesto contra a discriminação racial); afastamento de várias pessoas do nosso grupo que deram crises a outros grupos; comemoração da Semana Somos com show e festas; circulação do nº 0 do nosso boletim interno Leva e Traz; carta aberta à população e à imprensa denunciando a repressão policial da Operação Rândo
junho	3	Circulação do boletim interno Leva e Traz nº 1; articulação do Comando Contra a Violência Policial; organização e participação da primeira manifestação homossexual contra a violência policial, no dia 13 de junho
julho		Ida à Assembleia de São Paulo, quando depoimento do delegado responsável pela Operação Rândo; participação na 32ª reunião geral da SBPC (Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência)
agosto		Participação no Ato Público contra o Terrorismo; articulação do QNH (Grupo de Negros Homossexuais)
setembro		Participação do Ato Público de Protesto pela vinda do general Videla, denunciando a repressão sobre os homossexuais argentinos
outubro	1981	Participação da manifestação feminista contra a violência à mulher; conquista da nossa sede
novembro		Lançamento do jornal "O CORPO"; carta aberta à imprensa e a população denunciando o retorno da fiamgerada Operação Rândo; participação no dia de Zumbi (dia de consciência negra) junto ao movimento negro
dezembro		Participação na prévia do II EBHO
fevereiro		Discussões sobre a crise do II EBHO
março	1982	Discussões sobre a necessidade de encontro regionais; participação no III Congresso da Mulher Paulista
abril		Participação no I EPQHO (I ENCONTRO PAULISTA DE GRUPOS HOMOSSEXUAIS ORGANIZADOS)
maio		Participação no dia 13 de maio (dia nacional de protesto contra a discriminação racial); comemoração da Semana Somos - SOMOS : 3 anos de movimento homossexual brasileiro com filmes (I Mostra do Homossexual no cinema brasileiro), debates e festas; Início de discussão da transformação da nossa sede num centro cultural vivencial, preocupada com a questão homossexual
junho		Participação no dia 13 de junho (dia de luta e prazer homossexual), comemorada com a nossa presença colorida nas ruas de São Paulo
julho		Divulgação do texto pela 33ª reunião geral da SBPC; discussão sobre a repressão aos homossexuais argentinos; retomada da discussão sobre o II EBHO; retomada do jornal "O CORPO" em forma de boletim; divulgação do baixo assinado pedindo a exclusão do código 302.0 que considera o homossexualismo como doença, que está sendo divulgado nacionalmente

julho 81

²¹ Para ter contato com algumas documentações provenientes do Somos (Cf. ZANATTA, 1996/1997; SOUZA, 1997; BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019; BORGES; ZANDONÁ, 2020; ZACCHI; BORGES, 2020).

Figura 2: Cronolo“somos”. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)

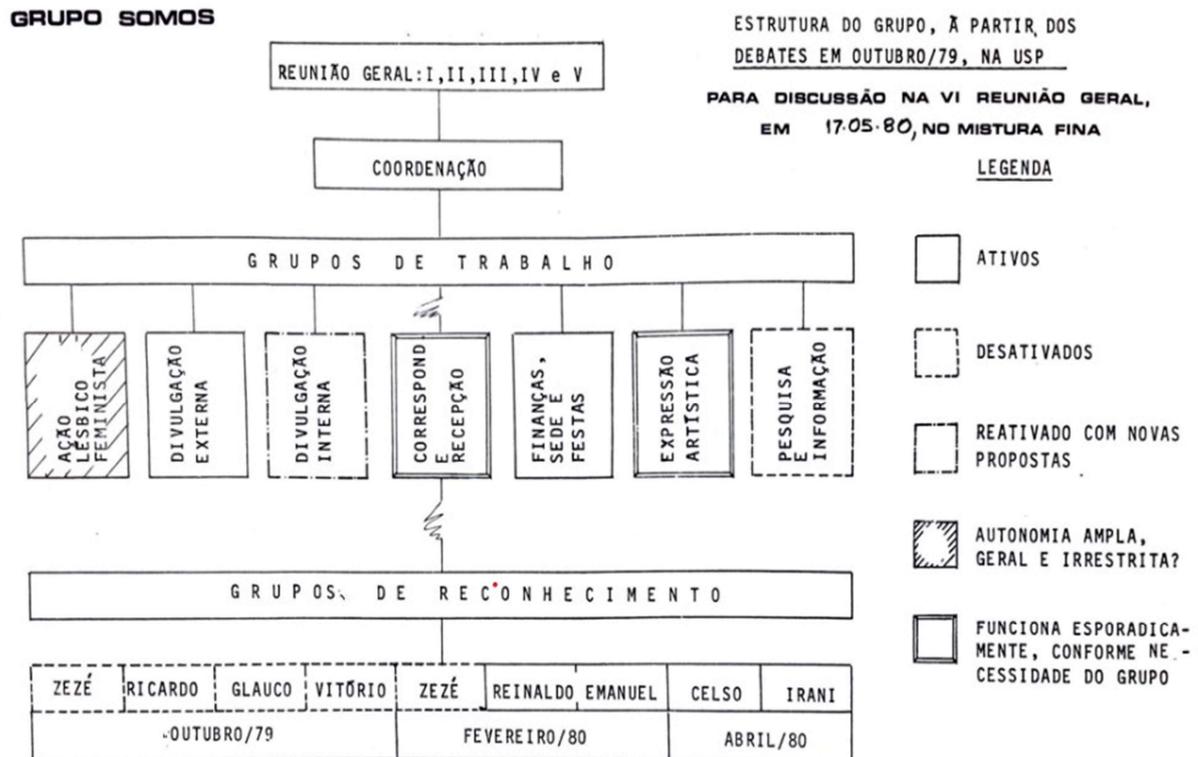


Figura 3: Projeto de organograma do grupo Somos. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)

Ademais, estas pastas do grupo Somos contém fontes interessantes sobre congressos realizados durante a ditadura, nos quais os movimentos homossexuais e lésbicos estiveram na organização ou presentes, como no I Encontro de Grupos de Homossexuais Organizados (EGHO), no II EGHO, na I Conferência Nacional dos Homossexuais da Convergência Socialista, no I Encontro dos Homossexuais Organizados do Nordeste (EGHON), no I Encontro Paulista dos Grupos Homossexuais Organizados (EPGHO) e no I Encontro de Negros de Negros do Norte e Nordeste²².

A importância dos eventos nacionais e regionais feministas aqui retomados vão ao encontro das ponderações de Claudia Nichnig (2019) em sua pesquisa sobre os encontros feministas. Para a historiadora brasileira, esses encontros são “espaços de articulação de ideias e agendas, a proposta é pensar a partir das narrativas produzidas pelas feministas, como esses espaços foram úteis para conectar pessoas com ideias e bandeiras de lutas comuns, formando redes de saberes e de afeto” (NICHNIG, 2019,

²² Para saber mais desses eventos (Cf. ZANATTA; 1996/1997; FERNANDES, 2015; FERNANDES, 2018b; BORGES; ZANDONÁ, 2020; ZACCHI; BORGES, 2020).

p. 363). Nesse sentido, especificamente sobre a dissidência sexual, ressalto que apesar do brutal contexto de autoritarismo:

existiam lugares para vivenciar a união, a solidariedade, os afetos e as emoções, fosse nas reuniões e encontros promovidas pelos grupos [...], ou ainda na realização de cineclubes, na produção e publicação de periódicos, de coletâneas, de encontros de discussão, de passeatas e de manifestações públicas nas ruas, na troca de correspondências, entre tantas outras ações que marcam não a trajetória de um grupo específico, mas da rede de sociabilidades, afetos, de experiências (BORGES; ZANDONÁ, 2020, p. 440).

Ao tomarmos em conta a complexidade que envolve as diversas fontes do AEL, repletas de historicidades e subjetividades de múltiplos/as sujeitos/as, perpassada por diversas marcas de poder em seus corpos (LOURO, 2016) - pensando a territorialidade, a etnicidade, o gênero, a sexualidade, a classe, a raça, a geração..., expressa nas fontes anteriores -, destaco o papel o AEL como esse lugar privilegiado para pensar a memória de diversas pessoas que (r)e(s)xistiam e lutaram durante a ditadura – sobretudo para pensarmos em novas epistemologias para a história da formação política das sexualidades dissidentes no Brasil. Nesse sentido, ressalto que, apesar do medo e da clandestinidade, essas pessoas, de norte a sul do país, resistiram e formaram redes de lutas e solidariedades - seja através das cartas, dos jornais, dos afetos e da própria sociabilidade com a comunidade e o movimento organizado no período (GREEN; QUINALHA; CAETANO; FERNANDES, 2018b; BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019).

O conjunto documental do GALF é composta sobretudo por: cartas; documentos de constituição e histórico do grupo; estatuto do GALF; documentos relatando as ações desde o início das atividades; documentos sobre a participação em eventos, como o EGHO, o II Congresso da Mulher Paulista, o III Terceiro Congresso da Mulher Paulista; convites sobre festas (como exemplificada pela Figura 4, intitulada FESTA NO GALF), debates e atos; exemplares do periódico *Chanacomchana*; dentro outros.



Figura 4: Convite “FESTA NO GALF”, S/D. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)

Na coleção do grupo Outra Coisa, é possível encontrarmos:

manuscritos das reuniões de fundação do grupo, anotações de reuniões internas, de organização de eventos e encontros, listas de endereços, expedição e controle de correspondência; reúne, ainda, manuscritos do movimento homossexual sobre diversas questões, assinados em conjunto com outros grupos homossexuais; e também, manuscritos dos seguintes grupos: Somos, Grupo Gay da Bahia, Ação Lésbico-Feminista, Alegria, Alegria, Auê, Eros, Faccção Homossexual da Convergência Socialista, Grupo de Negros Homossexuais, Liga Eloinista, Somos/MA, Somos/RJ, Terra Maria - Opção Lésbica e do Movimento Homossexualista Autônomo; correspondência ativa (1981 a 1983), passiva (1980 a 1984/1990) e de terceiros (1982 a 1986); textos diversos; panfletos do movimento homossexual, feminista e de outros movimentos sociais; dossiês: Cisão do grupo Somos, Memória do Movimento Homossexual, Bandeirante Destemido - o Guia Gay de São Paulo, de 1981, Movimento Homossexual de Barcelona, Literatura e Poesia Homossexuais, Richetti, Chrysóstomo; recortes variados cobrindo toda a década de 80, organizados na sua origem por tema de interesse. A coleção possui também livros, folhetos e periódicos (ZANATTA, 1996/1997, p. 217).

Ao esmiuçar e analisar o vasto conjunto documental dessas três pastas do AEL, compreendo que, ao atuar como forma de preservar o patrimônio ameaçado pelas estruturas dominantes de poder, o AEL tornou-se um grande lugar de memória (NORA, 1993). A necessidade de preservação do arquivo vem acompanhada da ameaça às memórias de determinados grupos sociais e políticos marginalizados, as quais, com frequência, tentam ser apagadas e silenciadas do curso da história. Considero, então, que o AEL em sua criação e permanência, operou e segue operando como um lugar de memória das sexualidades dissidentes no Brasil (ZACCHI; BORGES, 2020).

Nesse sentido, o papel dos/as historiadores/as é central. Não só na prática dos trabalhos em arquivos, museus ou outros espaços e lugares de memória nas cidades (NORA, 1993; SCHMIDT, 2008), mas também em sala de aula e na pesquisa (SCHMIDT, 2008) – a final são os/as historiadores/as que fazem a história ser somente história (NORA, 1993). Ao refletir no dever ético que acompanha nossa profissão nos mais variados recortes históricos, nos quais nos debruçamos no dia-a-dia, busco defender que nós enquanto professores/as/pesquisadores/as temos a obrigação de fazer uma práxis desde a história dos marginalizados e das “maiorias” - como os/as/xs LGBTQI+, as/xs mulheres, pessoas não brancas, pobres, minorias religiosas e outros corpos em vulnerabilidade social e política. Afinal, pensar e lecionar histórias outras - que não sejam na perspectiva conservadora, positivista ou colonial dos ganhadores, do norte global ou das pessoas brancos hetero-cisgêneras - é um ato de resistência epistemológica e cidadã. Em países com brutais contextos

históricos de desigualdades e autoritarismos, como o Brasil e a América Latina, como não nos sensibilizarmos e solidarizamos em prol da construção de uma sociedade mais democrática e com mais equidade? Dessa maneira, almejo com este TCC, ainda que de forma breve, aprofundar a problematização dessas memórias das violências e traumas que ainda se mantêm na história recente do Brasil, com o propósito de tensionar os tempos históricos.

Em relação a essas diferentes temporalidades presentes na história do tempo presente brasileira, é interessante pontuar que quando mobilizamos os tempos históricos, pensamos nas múltiplas formas de articulação entre passado, presente e futuro. No que se refere ao recorte dessa investigação, busco refletir sobre essa dialética para esmiuçar como diferentes estratos de tempos agem em um mesmo recorte temporal (KOSELLECK, 2021), sobretudo se formos pensar as implicações sociais, políticas e econômicas dos traumas impostos sobre as sexualidades dissidentes, ainda sob o regime militar, e que estão latentes ainda na atualidade no Brasil. Não à toa que ocupamos o primeiro lugar da carnificina aos corpos LGBTQI+ do mundo²³, ou que temos um presidente da república desde 2019 notoriamente autoritário, sádico, genocida, neofascista, LGBTQI+fóbico, machista, racista... Nada em sociedade é natural, espontâneo ou por acaso.

Helge Jordheim (2018), professor de história cultural norueguês, aponta que um dos maiores desafios para os/as pesquisadores/as em ciências humanas e sociais no tempo presente é apresentar modelos viáveis para análise, interpretação e intervenção em um mundo multitemporal. A partir da metáfora entre os estudos das camadas da terra (estratigrafia) e os estudos da história, o autor propõe que a partir dos estratos do tempo seja possível pensar os diferentes tempos em diferentes origens para além do tempo cronológico (JORDHEIM, 2018). A tese central de Jordheim (2018) é que a partir dessa estratigrafia dos tempos, conseguir-se-ia captar a simultaneidade do não-simultâneo [*Gleichzeitigkeit des Ungleichzeitigen*] causada pela aceleração dos tempos e pela globalização. Contudo, a questão das múltiplas temporalidades, tão debatida pela tradição alemã, a exemplo dos trabalhos do historiador Reinhart Koselleck e do filósofo Ernest Bloch, nos demonstra que o problema não é a multiplicidade dos tempos, mas sim a dessincronização desses

²³ Ano após ano, Brasil segue na lista dos países que mais mata LGBT's. *Brasil de fato*. Recife. Publicado em: 28/06/2019. Disponível em: <<https://www.brasildefatope.com.br/2019/06/28/editorial-or-ano-apos-ano-brasil-segue-na-lista-dos-paises-que-mais-mata-lgbts>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

tempos, fazendo com que diferentes temporalidades pertençam a um mesmo tempo histórico – como é o caso do colonialismo, do cristianismo, do autoritarismo, do patrimonialismo, do mandonismo, do machismo (SCHWARCZ, 2019), da heterossexualidade compulsória (RICH, 2010), da cisgeneridade, do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), do conservadorismo, do militarismo, do neofascismo e outras ideologias políticas, religiosas, sociais e econômicas formadas historicamente no Brasil.

Nessa linha de raciocínio, o historiador francês François Hartog (2013) defende que é interessante para nós historiadores/as pensarmos as diferentes temporalidades em um mesmo momento histórico, assim como defendeu Hartmut Rosa (2019) sobre o contemporâneo do não contemporâneo, ou a não simultaneidade dos tempos, de Ernest Bloch (LÖWY, 2005) ou as múltiplas camadas de tempo de Walter Benjamin (MARQUES, 2017). Nesse sentido, ao refletirmos sobre esse caldeirão temporal e ideológico na história do Brasil, e as possibilidades epistemológicas do AEL, entendemos que o passado, presente e futuro mobilizam a pesquisa histórica, assim como complexificam o nosso ofício. Dessa forma, coloco este TCC na contramão de uma perspectiva linear, progressiva e positivista – tal qual como era com a institucionalização da disciplina história a partir do século XIX.

Ao refletirmos historicamente sobre essas disputas de memórias, por diversos setores de uma mesma população (POLLAK, 1989), ressalto a importância desta investigação para propor novos significados e problemas para construção de uma história social, cultural e das emoções engajada com uma operação historiográfica (CERTEAU, 2007) sobre a história do Brasil ditatorial, com as diferentes memórias, identidades e vozes dissidentes que se formaram e resistiram no período, como foi o caso das sexualidades dissidentes.

De acordo com Benito Bisso Schmidt (2008), o/a historiador/a seria o profissional mais capacitado para trabalhar com essas diferentes historicidades presentes nos acervos documentais. Contudo, o historiador brasileiro também não descarta a centralidade de se trabalhar em equipes interdisciplinares, como com “arquivistas, museólogos, bibliotecários, arquitetos, jornalistas, designers, advogados, etc” (SCHMIDT, 2008, p. 192). Além desses profissionais, pontuo também a presença de linguistas, sociólogos, filósofos, psicólogos, geógrafos, cientistas da computação e dentre tantos outros campos úteis para o trabalho em arquivos. Ao levarmos em conta a importância dos diferentes saberes, em outros campos para o trabalho e a

construção do conhecimento em arquivos, compreendo, assim como Schmidt, que é de extrema relevância complexificarmos nossos objetos, sobretudo para “permitir que diferentes olhares possam ser lançados ao passado que se deseja narrar, conservar, expor” (SCHMIDT, 2008, p. 192). E antes de tudo, devemos enquanto profissionais sérios nos abrir “à discussão e à pluralidade, e também ser capaz de suportar o grau de conflito e de frustração implicado neste diálogo seguidamente tenso entre tantos olhares disciplinares diferentes” (SCHMIDT, 2008, p. 192-193).

Schmidt (2008) também faz uma crítica aos limites desses lugares de memória, onde mais que preservar a memória de determinado grupo, os arquivos e as memórias constroem e (re)montam sentidos sobre o passado, sobretudo de perguntas e problemas feitas no presente. Além disso, pontua que é impossível lembrarmos ou guardarmos tudo, haja vista que os arquivos são fruto de intervenções humanas, pautada por escolhas, omissões, critérios técnicos, políticos e históricos (SCHMIDT, 2008).

Por mais que o AEL remonte à fragmentos ou à incompletude, é inegável reconhecermos o seu relevante papel de preservação de memória de diversos movimentos sociais e sujeitos/as que lutaram antes, ao longo e depois da ditadura no Brasil. Nessa linha, o historiador brasileiro nos explica “não podemos esquecer que as fronteiras entre história e memória não são rígidas e que a história, seguidamente, torna-se memória e serve como âncora para identidades individuais e coletivas” (SCHMIDT, 2008, p. 191).

Partindo dessas considerações, cabe uma reflexão sobre o papel da documentação do AEL e de sua inserção e relevância no tempo presente para as sexualidades dissidentes. O atual contexto brasileiro continua marcado por ideais conservadores, excludentes e desiguais, no qual observamos o fortalecimento da extrema direita no poder, através dos discursos e práticas antidemocráticas, neofascistas, neohigienistas e ultraneoliberais. Dessa forma, considero que o AEL continua tendo a responsabilidade de resistir frente às classes dominantes, a partir do trabalho diário de uma equipe de profissionais empenhada em manter essas memórias acessíveis. Atualmente, o AEL segue sendo coordenado por uma equipe e sua vasta documentação continua sendo cuidadosamente preservada e organizada. Ademais, torna-se uma resposta de resistência política tensionar esquecimentos cristalizados na historiografia, contribuindo, assim, para as resistências face às contínuas opressões e possibilitando a produção de novas/outras narrativas históricas

que atuem sobre o nosso presente e futuro – com o propósito, claro, de transformá-los e democratizá-los.

O sociólogo francês Michael Pollak (1989) faz pontuações interessantes para pensarmos os conflitos de memórias. Para Pollak (1989), quando essas memórias subterrâneas - no caso deste trabalho, das sexualidades dissidentes na ditadura - conseguem “seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira imperceptível[,] afluem em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa” (POLLAK, 1989, p. 2).

Apesar dos avanços e mudanças sofridas na sociedade brasileira com a Constituição de 1988, conhecida também como a Constituição Cidadã, e com a redemocratização no país, onde começa a república nova - um dos maiores períodos democráticos na história da república desde 1889 -, não conseguimos enquanto nação “diminuir nossa[s] desigualdade[s], combater o racismo institucional e estrutural contra negros e indígenas, erradicar as práticas de violência de gênero. Nosso presente anda, mesmo, cheio de passado” (SCHWARCZ, 2019, p. 24). Nesse sentido, outro ponto fundamental para problematizarmos esses traumas da ditadura, foi a política do silêncio e esquecimento institucional adotada, como foi o caso da Lei da Anistia - promulgada em 1979, pelo então ditador João Batista Figueiredo (1979-1985). De acordo com o artigo 1 da Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979:

é concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (BRASIL, 1979).

Desse modo, ainda na lógica iniciada no governo do ditador Ernesto Geisel (1974-1979), optou-se por uma passagem lenta, gradual e tutelada dos militares para os civis (GREEN; QUINALHA, 2015). Nesse sentido, ao invés de punirmos esses agentes do Estado, se adotou uma política de Estado em prol do esquecimento e do silêncio. A Lei da Anistia foi irrestrita, englobando desde a torturadores, policiais e militares a exilados e presos políticos. Essa lei foi um corretivo da ditadura para esconder seu papel ativo nas arbitrariedades cometidas. Nesse sentido, conforme nos explica a historiadora brasileira Lara Lucena Zacchi, “o apagamento das memórias sobre esses traumas individuais e coletivos produz consequências na sociedade, que se constrói marcada pela impunidade e apagamento dos crimes de torturas realizadas no período” (ZACCHI, 2019).

Hoje, na história do tempo presente brasileira, quando parcelas da população defendem de forma saudosista e apaixonada a ditadura e o presidente da república, é importância para nós historiadores/as contrapormos esses discursos e lutarmos por uma educação crítica que pense os/as diferentes sujeitos/as e ações políticas do período – levando em conta essas memórias “proibidas”, “clandestinas” ou os “não-ditos” (POLLAK, 1989). Ainda há muito o que se estudar sobre esse período, e neste sentido, busco com a escrita deste TCC tensionar essas lacunas para novas epistemologias.

Apesar de que, a partir de 1985, com a redemocratização, houve uma ampliação documental e arquivística sobre o recorte temporal da ditadura, ou mesmo uma expansão da pós-graduação no Brasil, possibilitando, assim a construção de novos arcabouços teórico-metodológicos por parte de especialistas sobre o período, ainda há muitas questões para serem problematizadas, sobretudo as de ordem emocional dos/as sujeitos/as que vivenciaram àquele momento, sobretudo as sexualidades dissidentes (QUINALHA, 2017).

Nesse sentido, retomo Pollak (1989) para pensarmos que “esse sopro de liberdade de crítica[,] despertou traumatismos profundamente ancorados” (POLLAK, 1989, p. 3). Ainda segundo o sociólogo, “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” (POLLAK, 1989, p. 3). Nesse sentido, não é só nosso dever cobrarmos do Estado brasileiro, mas também da sociedade como um todo, em busca de justiça e reparação desses traumas. E, nesse sentido, centralizo a importância do papel patrimonial do AEL e dos historiadores para esse trabalho histórico.

A partir deste capítulo, foi possível realizarmos algumas topografias das resistências e lutas exercidas em vários estados da federação durante a ditadura e a redemocratização brasileira. Ainda que de forma breve, propus nesta parte da investigação pensar o AEL como um lugar de memória mobilizador de diversas lutas, afetos, emoções e traumas. A seguir, no próximo capítulo, poderemos refletir melhor sobre as possibilidades metodológicas do AEL para a construção de novas historiografias sobre a ditadura brasileira e arquivos de traumas LGBTQI+.

3. CAPÍTULO II – AEL COMO UM ARQUIVO VIVO DE TRAUMAS DA DITADURA BRASILEIRA

A partir das premissas levantadas na primeira parte deste TCC, refletimos como o AEL pode ser considerado um complexo lugar de memória das sexualidades dissidentes no Brasil. Neste segundo e último capítulo, enfocarei como essas diferentes memórias de lutas, traumas, interseccionalidades e emoções podem ser compreendidas desde as suas coleções documentais numa ótica historiográfica.

3.1 Traumas, interseccionalidades e emoções em arquivos: novas possibilidades historiográficas sobre as resistências à ditadura brasileira a partir do AEL

“Brasília, 22 de outubro de 1980

Prezados amigos,

Recebemos aqui em nossa Caixa Postal uma carta-ameaça e gostaríamos de saber se vocês também receberam coisa parecida.

A carta foi enviada por um grupo denominado Cruzada Anti-Homossexualismo – Setor Litoral/Paraná, postada em Paranaguá-PR. Estamos enviando em anexo a cópia da carta e esperamos que ela não seja divulgada pela imprensa, pois assim estaríamos nos dando uma publicidade a esse ‘grupo’? fascista que não merece nenhum tipo de divulgação. Esta é apenas uma comunicação inter-grupos destinada a alertar todos os militantes do movimento homossexual brasileiro.

Dependendo do nível de ameaças a grupos organizados nós poderemos fazer alguma coisa em conjunto. Uma boa oportunidade de se discutir isso no próximo encontro de grupos organizados no Rio de Janeiro, quando será realizada a prévia do II Encontro Brasileiro de Homossexuais Organizados.

Grupo Beijo Livre

Caixa Postal 07-0812

Brasília – DF” (GRUPO BEIJO LIVRE, 1980. Em: SOMOS, AEL/Unicamp).

Apesar do brutal contexto de autoritarismo ao longo da ditadura no Brasil, nesse período foi possível o início da organização do movimento de liberação homossexual brasileiro. Conforme observamos pela carta em epígrafe que abre este segundo capítulo, do Grupo Beijo Livre, de Brasília, para o Somos, de São Paulo, essas correspondências foram importantes para construção de redes de resistência frente à ditadura, que tinha uma face cisheteropatriarcal (COWAN, 2015; QUINALHA, 2018; LOPES, 2016).

Face aos diferentes tipos de repressão presentes naquele momento, essas redes de comunicação foram fundamentais para a articulação de lutas em diferentes

territorialidades do Brasil e do mundo. Para termos dimensões e dados um pouco mais concretos e empíricos dessas cartografias formadas, abaixo, na figura 5, eu apresento um mapa das cartas que foram enviadas ao Somos, digitalizadas pela minha equipe após a pesquisa no AEL²⁴. Mesmo sendo um recorte do recorte, esses telegramas nos oferecem múltiplas possibilidades epistemológicas, e que ainda não foram discutidos com a profundidade que merecem (SOUZA, 1997; BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019). Os pontos em vermelhos indicam o local das cidades, materializada por pessoas físicas, normalmente em busca de ajuda ou procurando a revista *O Corpo*²⁵, e jurídicas, como os movimentos sociais, se articulando, se informando e montando agendas para construção de lutas. Desse modo, o gênero epistolar foi um dos instrumentos fundamentais para as resistências naquele momento.



Mapa: Luiz Augusto Possamai Borges • Fonte: Somos: Grupo de Afirmação Homossexual. AEL/Unicamp • Criado com Datawrapper

Figura 5: Mapa de algumas cidades que enviaram cartas ao Somos. Arquivo pessoal do autor

Nesse sentido, quando eu mobilizo as coleções do AEL, compreendo que “a história de qualquer arquivo é uma história do espaço” (CVETOKOVICH, 2008, p. 271 – Tradução minha²⁶). Desse modo, ao refletir sobre a complexidade e a riqueza

²⁴ No nosso levantamento, a equipe do LEGH/UFSC teve contato com cartas nacionais de: Manaus/AM, Belém/PA, Recife/PE, João Pessoa/PB, Maceió/AL, Salvador/BA, Aracajú/SE, Capela/AL, Brasília/DF, São Paulo/SP, Sorocaba/SP, Espírito Santo do Pinhal/SP, São Bernardo do Campo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Duque de Caxias/RJ, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Joinville/SC, Blumenau/SC, Nova Trento/SC e Porto Alegre/RS. Já as internacionais, eram de: Buenos Aires e Santo Tomé, na Argentina, Toronto, no Canadá, Tempe e Philadelphia nos Estados Unidos, Lisboa em Portugal, Madrid na Espanha e Escócia, na antiga Iugoslávia, atual Macedônia do Norte (AEL/Unicamp).

²⁵ Foi um periódico do grupo Somos.

²⁶ Do original: “The history of any archive is a history of space” (CVETOKOVICH, 2008, p. 271).

documental do AEL, ou mesmo sobre as ferramentas de análise para compreensão desses significados e histórias, neste caso as cartas, ratifico seu poder enquanto um complexo lugar de memória para novas investigações, não só para a geografia, a história ou a linguística, mas de forma interdisciplinar com vários outros campos, sobretudo das ciências humanas e das ciências da informação, como a ciência política, a filosofia, a antropologia, a sociologia, a psicologia e a arquivologia.

Retomando a carta em epígrafe deste capítulo, nota-se que o trabalho de higienismo²⁷ das ruas e dos espaços públicos não eram somente realizados institucionalmente pelo Estado, mas pela própria população. Neste caso em específico, a população paranaense²⁸ agia em prol da preservação da “moral e dos bons costumes” da família brasileira – não muito diferente dos dias atuais²⁹. Ao pensarmos sobre o poder disciplinar (FOUCAULT, 1983) enfrentado pelas sexualidades dissidentes brasileiras nesse momento, pelo Estado – através da polícia, medicina, família e escola -, por movimentos políticos de direita e esquerda, fascistas, nazistas, higienistas e dentre outros muitos grupos sociais, políticos e religiosos conservadores, compreendo que “o direito de punir deslucou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade” (FOUCAULT, 1983, p. 83). Nesse sentido, a defesa da nação não se dá somente pelos aparatos institucionais dos Estados modernos, mas também pelos/as cidadãos/ãs, enquanto corpo social dessas comunidades imaginárias (ANDERSON, 2008).

Desse modo, quando refletimos sobre a ditadura brasileira e o seu laboratório social de subjetividades heteronormativas³⁰ (QUINALHA, 2017), João Silvério

²⁷ O higienismo ou sanitarianismo foi um movimento médico-jurídico de muita força no fim do século XIX e ao longo do século XX, que se apoiou nos ideais de ordem, progresso e eugenia. Nas palavras de Edivaldo Góis Junior e Hugo Rodolfo Lovisolo (2003), “esse movimento tem uma idéia central que é a de valorizar a população como um bem, como capital, como recurso principal da nação” (RABINBACH, 1992 apud GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2003, p. 42). Nessa linha, Elaine Aparecida Laier Barroso (2016) discute que o higienismo se constituiu como um movimento científico de políticas de saúde pública que consistia em padronizar, submeter e medicalizar hábitos para favorecer o controle social e a docialização dos corpos para a acumulação de capital. Nesse sentido, com a formação dos Estados Modernos, novas práticas, saberes e discursos (FOUCAULT, 1984) foram desenvolvidos para se efetuar uma modernização feita de cima sobre os setores subalternos (BARROSO, 2016).

²⁸ Para saber mais sobre as homossexualidades no estado do Paraná durante a ditadura (Cf. RAMOS, 2019).

²⁹ Entre 2019 e 2020, Paraná teve 400 registros de crimes de ódio a LGBTs, aponta dado da Sesp. G1. Curitiba. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/05/18/entre-2019-e-2020-parana-teve-400-registros-de-crimes-de-odio-a-homossexuais-aponta-dado-da-sesp.ghtml>>. Acesso em: 09 set. 2021.

³⁰ Para saber mais como a heterossexualidade, a família e a Doutrina de Segurança Nacional eram aplicadas desde a infância nas escolas, em disciplinas da ditadura como a Organização Social e Política Brasileira (OSPB) (Cf. MELO, 2019).

Trevisan (1986), jornalista brasileiro, fundador do primeiro grupo de discussão da homossexualidade no Brasil, em 1976, e participante do Somos e Outra Coisa, pontuou que esse processo de nacionalismo e fascistização da população brasileira não era novo da ditadura, e foi um processo onde:

o mecanismo de controle faz um importante e orwelliano avanço, ao conseguir não apenas consenso e conluio do aparelho jurídico-psiquiátrico-policial mas também a conivência dos setores da chamada opinião pública. Talvez com a aceleração dos mecanismos de permissividade e graças à generalização da violência urbana, o sistema repressivo tende a receber a colaboração de setores cada vez maiores daquela população mais ameaçada em seus valores e privilégios (TREVISAN, 1986, p. 126).

Ao problematizarmos as reproduções das desigualdades durante a ditadura, ou mesmo nos dias de hoje, pelo Estado e sociedade brasileira, fica evidente o lugar que ocupa o Brasil historicamente – e a América Latina como um todo. Quando refletimos ou problematizamos sobre regiões ou paradigmas altamente desiguais, as histórias e as cicatrizes desses traumas ficam abertas pelos brutais contextos de precariedade as quais se encontram a maioria das populações desses países – como a população LGBTQI+, mulheres, negros, indígenas, pardos ou pobres.

Ao nos debruçarmos sobre a construção do/a cidadão/ã nacional ideal, pautada por uma heterossexualidade compulsória (RICH, 2016), destaco a natureza política, social, ideológica e cultural do poder formadas nos corpos (AHMED, 2015). Tendo em vista que o poder não se dá somente institucionalmente, mas no cotidiano da vida em sociedade (JARDIM; PIEPPER, 2010), centralizo o caráter político, cultural e histórico das emoções, assim como dos nossos machucados, traumas e depressões. Nesse sentido, busco compreender que essas três últimas categorias não são somente objetos ou paradigmas do campo clínico, da psicologia ou da psiquiatria, mas entendendo-as como conceitos que têm em sua ontologia semânticas sociais, históricas, culturais e políticas (CVETOKOVICH, 2008; CVETOKOVICH, 2012; AHMED, 2015).

Nesta parte do capítulo, discutirei agora alguns aportes teórico-metodológicos sobre arquivos para o campo da história, abordando questões que considero importantes, como os traumas, as interseccionalidades, as emoções e as resistências desde o AEL. Essas categorias analíticas são necessárias e basilares se tivermos dispostos a construir novas perspectivas sobre a história das sexualidades dissidentes no Brasil. Desse modo, mobilizarei algumas literaturas especializadas e documentações do AEL para pensar não só o recorte temporal investigado, mas as possíveis marcas no tempo presente desse passado autoritário e moralista na história

recente do Brasil – naquela perspectiva de uma dialética dos tempos históricos, relacionando o passado, presente e futuro, que venho trazendo desde o primeiro capítulo deste TCC.

Uma investigadora que vem trazendo contribuições importantes para o debate de arquivos e histórias de traumas LGBTQI+, numa perspectiva dos estudos culturais, é a linguista canadense Ann Cvetokovich (2008). De acordo com a autora, em seu livro *An Archive of Feelings: trauma, sexuality and lesbian public cultures [Um arquivo de sentimentos: trauma, sexualidade e culturas públicas lésbicas]*, “as histórias de trauma são frequentemente consideradas urgências nacionais, histórias que devem ser lembradas e resolvidas para que a nação sobreviva a uma crise ou mantenha sua integridade” (CVETOKOVICH, 2008, p. 51 – Tradução minha³¹). Nesse sentido, a autora pontua a centralidade de arquivar as memórias das sexualidades dissidentes, haja vista que essas populações exigem:

um arquivo radical de emoção[,] a fim de documentar intimidade, sexualidade, amor e ativismo - todas as áreas de experiência que são difíceis de narrar por meio de materiais de um arquivo tradicional. Além disso, os arquivos de gays e lésbicas abordam a perda traumática da história que acompanhou a vida sexual e a formação de públicos sexuais e afirmam o papel da memória e do afeto na compensação da negligência institucional (CVETOKOVICH, 2008, p. 267-268 – Tradução minha³²).

Cvetokovich ao tensionar o que é arquivável, e os múltiplos e complexos signos presentes em um arquivo, nos faz pensar em novas possibilidades interpretativas e paradigmáticas a partir das coleções do AEL - como a sexualidade, as emoções, os traumas e o próprio ativismo na formação política das sexualidades dissidentes brasileiras, que se fez de forma interseccional ao longo da ditadura (BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019; BORGES; ZANDONÁ, 2020; ZACCHI; BORGES, 2020).

Nesse sentido, a linguista centraliza a questão dos traumas, advogando que essa categoria é fundamental para entendermos a formação da cultura público e privada dessas populações (CVETOKOVICH, 2008). Concebo, assim como a autora, que os traumas sociais são fenômenos de longa duração na modernidade. E, no caso brasileiro, de 1964 até a atualidade. Nesse sentido, alinho este TCC a sua

³¹ Do original: “trauma histories are frequently taken up as national urgencies, histories that must be remembered and resolved in order for the nation to survive a crisis or sustain its integrity” (CVETOKOVICH, 2008, p. 51).

³² Do original: “a radical archive of emotion in order to document intimacy, sexuality, love, and activism — all areas of experience that are difficult to chronicle through the materials of a traditional archive. Furthermore, gay and lesbian archives address the traumatic loss of history that has accompanied sexual life and the formation of sexual publics, and they assert the role of memory and affect in compensating for institutional neglect” (CVETOKOVICH, 2008, p. 267-268).

investigação, para pensar que o trauma está em diálogo com a história do colonialismo e do nacionalismo.

Outro ponto fundamental a se atenuar, é compreender que o trauma nem sempre é sinônimo de catástrofe, despontualização ou inércia frente às relações de poder. Desse modo, essa categoria além de ser, no mínimo, marcante na vida das sexualidades dissidentes pelos machucados e depressão (CVETOKOVICH, 2008; CVETOKOVICH, 2012; AHMED; 2015), é também fonte de inspiração para lutas, assim como nos ensinou o filósofo francês Michel Foucault (1988), onde toda relação de poder traz consigo uma oposição, sendo intrínseco e dialético nos processos de resistências.

Apesar de que o *ethos* das sexualidades dissidentes brasileiras seja marcado pelo trauma, Cvetokovich pontua que devemos ficar atentos para não cairmos em universalismos, afinal podemos correr “o risco de apagar diferenças essenciais entre experiências traumáticas, diferenças de contexto histórico e localização geopolítica, bem como as especificidades das experiências individuais que podem ser perdidas em um diagnóstico (CVETOKOVICH, 2008, p. 46 – Tradução minha³³). Compreendo que as categorias traumas e resistências sejam amplas e generalizadoras, contudo, são basilares para entendermos o período e as sexualidades dissidentes, sobretudo tendo como norte a história do Brasil e as coleções documentais do AEL. Quando se investiga países periféricos, ou com brutais contextos históricos de desigualdades, como o Brasil, entendo-as como fundamentais para o debate historiográfico das sexualidades dissidentes brasileiras, sobretudo se levarmos em conta alguns marcadores de desigualdades, como o gênero, a sexualidade, a classe, a raça e outras hierarquizações ao longo da história.

Diante desses questionamentos, e em relação ao objeto axial desse TCC, o AEL, possibilitando a prática de novas pesquisas acadêmicas, compreendo que suas fontes são vivas – vivas de luta e de democracia. Nessa discussão, o sociólogo francês Sam Bourcier (2018), em seu texto *La Fièvre des Archives #1 – Le pouls de l’archive, c’est en nous qu’il bat [A Febre dos Arquivos #1 – O pulso do arquivo está dentro de nós]*, nos apresenta algumas ferramentas metodológicas interessantes para

³³ Do original: “the risk of erasing essential differences between traumatic experiences, differences of historical context and geopolitical location, as well as the specificities of individual experiences that can be lost in a diagnosis (CVETOKOVICH, 2008, p. 46).

refletirmos sobre o AEL como um arquivo vivo de traumas (BOURCIER, 2018; CVETOKOVICH, 2008) das sexualidades dissidentes no Brasil.

O autor apresenta diferentes perspectivas sobre memórias e patrimônios, compreendendo que os arquivos LGBTQI+ tensionam silêncios e invisibilizações através de narrativas outras sobre distintos períodos históricos (BOURCIER, 2018). Bourcier entende que o arquivo vivo das sexualidades dissidentes seria um espaço crítico em todas as suas estruturas ontológicas, da seleção do acervo até aos problemas que são colocados às fontes realizadas pelos profissionais especializados de determinado arquivo ou repositório.

Com relação às coleções do AEL, refleti no primeiro capítulo deste TCC que sua criação se estabeleceu em um dos momentos mais sanguinários e arbitrários da ditadura militar, e que, apesar de tudo, realizou-se através da articulação de intelectuais e profissionais engajados, que não se dissolveram frente às relações de poder e ao silenciamento institucional. Em um artigo que Lara Lucena Zacchi e eu (2020) publicamos, intitulado *Espaços de resistência: o Arquivo Edgard Leuenroth como um lugar de memória das sexualidades dissidentes no Brasil*, discutimos que, além de um lugar de memória, o AEL pode ser considerado um espaço de resistência e arquivo vivo LGBTQI+ público (ZACCHI, BORGES, 2020). Dessa forma, “ao atuar como forma de preservar uma memória ameaçada pelas estruturas dominantes de poder, o AEL tornou-se um espaço de resistência já em seus primeiros anos de atuação, a partir de sua fundação em 1974” (ZACCHI; BORGES, 2020, p. 82). Nesse sentido, pretendo, com este TCC complexificar o debate já feito sobre o lugar de memória do AEL, aprofundando o debate e as minhas investigações, categorizando-o como um arquivo vivo de traumas, interseccionalidades, emoções e resistências das sexualidades dissidentes da ditadura no Brasil.

Ao compreender o AEL como um arquivo vivo de traumas, interseccionalidades, emoções e resistências, nos ajuda a entender as estratégias e as lutas formadas ao longo da ditadura em diferentes partes do Brasil. De acordo com Cvetokovich, essas coleções documentais das sexualidades dissidentes nos ajudam a explicar “algumas de suas idiossincrasias ou, pode-se dizer, sua ‘estranheza” (CVETOKOVICH, 2008, p. 268 – Tradução minha³⁴).

³⁴ Do original: “some of their idiosyncrasies or, one might say, their ‘queerness” (CVETOKOVICH, 2008, p. 268).

De acordo com linguista, esses arquivos de traumas nos permitem abordar diferentes histórias que devemos “nunca esquecer” (CVETOKOVICH, 2008, p. 268 – Tradução minha³⁵). Desse modo, se a história das sexualidades dissidentes tem sido contestada por grupos conservadores historicamente no Brasil, é um ato político registrar, preservar e divulgar essas invisibilizações e resistências, “que muitas vezes envolvem vida íntima, especialmente a sexualidade”, sobretudo a LGBTQI+ (CVETOKOVICH, 2008, p. 268 – Tradução minha³⁶).

Um dos múltiplos exemplos do que não devemos esquecer desse momento, e que foi uma prática estatal no Brasil e outros países da América Latina, sobretudo o Cone Sul, foi o autoritarismo e a corrupção realizados pelas polícias. Tendo como objetivo o higienismo e o autoritarismo, e, claro, dentro das atualizações dos princípios da Doutrina de Segurança Nacional³⁷ no pós-Segunda Guerra Mundial, a polícia brasileira tinha uma prática comum de fazer averiguações com grupos marginalizados, considerando-os como subversivos à família tradicional brasileira – como as sexualidades dissidentes, prostitutas, negros, usuários de drogas, pessoas sem carteira de trabalho, religiões não cristãs... Desse modo, prendiam essas populações a fim de extorquir dinheiro, numa prática claramente totalitária. Ou seja, se a pessoa tinha dinheiro, conseguia pagar a fiança e saía prontamente. Caso não tivesse, ficava na cadeia submetida a, no mínimo, más condições e trabalhos forçados por alguns dias. Na correspondência abaixo, podemos refletir melhor essas questões ocorridas na cidade de São Paulo nesse momento:

CARTA ABERTA À IMPRENSA E À POPULAÇÃO

Novamente entrou em ação o aparato repressivo do delegado Wilson Richetti. Sábado dia 15/11, por volta das 23 horas foram invadidos bares e restaurantes: FERRO'S BAR, BIXIGUINHA e CACHAÇÃO.

No dia seguinte foi a vez do CHOPP ESCURO BAR e no dia 22/11 paralelamente ação repressiva abateu-se sobre a cidade Guarulhos e São Bernardo. Na totalidade foram presas cerca de 500 pessoas, sendo a maioria homossexuais; estivessem ou não munido de documentação, inclusive carteira de trabalho, o que não significa que possuir ou não qualquer documento de a polícia o DIREITO DE PRENDER CIDADÃOS. No caso de mulheres lésbicas foram indiscriminadamente levadas com seguintes argumentos: “VOCÊ SAPATÃO”.

FOI CONSTATADO QUE OS POLICIAIS RECEBIAM DINHEIRO PARA LIBERTAREM AS PESSOAS, sendo que aquelas que não possuíam lá permaneceram. Esta repressão é a continuação daquela que imperou na região do Largo do Arouche e adjacências no início deste ano e resultou na prisão de 15.000 pessoas e cujo nome foi popularizado pela imprensa “O RONDÃO DO RICHETTI”.

³⁵ Do original: “never forget” (CVETOKOVICH, 2008, p. 268).

³⁶ Do original: “that often surrounds intimate life, especially sexuality” (CVETOKOVICH, 2008, p. 268).

³⁷ Para saber mais (Cf. WOLFF, 2013).

É imprescindível apontar que essas detenções interferiam ilegal e violentamente no direito de ir e vir das pessoas, além da invasão irresponsável de bares e restaurantes.

Estamos novamente as voltas com ação violenta da polícia, ação esta que mais uma vez ficará impune no que diz respeito às autoridades. DENUNCIAMOS NESTE DOCUMENTO ESSA VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE E REPUDIAMOS TAIS ATOS. CONCLAMAMOS TODAS AS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES, GRUPOS A SOLIDARIZAREM CONOSCO ATRAVÉS DE MOÇÕES, DIVULGAÇÃO DESSES FATOS EM TODOS OS MEIOS POSSÍVEIS DE COMUNICAÇÃO E ENDEREÇO DE ADVOGADOS DISPONÍVEIS PARA ATUAREM JURIDICAMENTE (SOMOS, S/D, AEL/Unicamp).

Casos como este de brutal autoritarismo e corrupção, para as sexualidades dissidentes, como já mencionei, não eram novidade na brutal realidade brasileira. De acordo com a audiência da *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”*, destinada a investigar a repressão às homossexualidades do período, pontua que as práticas de averiguação eram comuns na capital paulista. Nesse sentido, o higienismo era considerado como política de Estado³⁸. Em entrevista concedida ao LEGH, Marisa Fernandes (2018a), historiadora brasileira, ativista lésbica e participante do Somos e GALF, nos conta que, estabelecimentos como o Ferro’s Bar, Bixiguinha e Cachação, eram conhecidos pela sociabilidade lésbica e homossexual. Segundo Fernandes, em um tom descontraído, esses espaços eram chamados de quadrilátero ou a “via sacra” (FERNANDES, 2018a, p. 31). Nesse sentido, espaços e territórios altamente subversivos para a moral e os bons costumes, não à toa que as forças policiais prenderam nessa região central da cidade de São Paulo milhares de pessoas pelo simples fato de existirem.

Na figura 6 abaixo, representa mais um caso, intitulado “Delegado investe contra travestis”. Nessa matéria, publicada no dia 3 de janeiro de 1982 pelo jornal Folha de São Paulo, foi realizada uma entrevista com o então delegado José Wilson Richetti. Uma das frases mais simbólicas, do ponto de vista das relações de poder e do higienismo como *status quo*, é afirmada por Richetti, “as ruas agora estão limpas”.

³⁸ Relatório - Tomo I - Parte II - Ditadura e Homossexualidades: Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Disponível em: <<http://comissodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>>. Acesso: 10 set. 2021.



Figura 6: Delegado investe contra travestis, Folha de São Paulo, 3 de janeiro de 1982. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)

Desse modo, o espaço e as ruas são lugares por excelência das disputas de poder (BUTLER, 2018). Para além desses apontamentos, é interessante pensar que apesar das repressões e do autoritarismo, também havia pessoas e movimentos organizados que estavam na luta, se solidarizando com o movimento homossexual brasileiro. Na carta que citei anteriormente, assinaram diversos movimentos sociais do período, como o:

TERRA MARIA - OPÇÃO LÉSBICA[,] GRUPO SOMOS DE AFIRMAÇÃO HOMOSSEXUAL C. Postal 22.196[,] GRUPO DE AÇÃO LÉSBICA-FEMINISTA C. Postal 293[,] COLETIVA ALEGRIA ALEGRIA, OUTRA COISA - GRUPO DE AÇÃO HOMOSSEXUALISTA C. Postal 8.906[,] GRUPO EROS C. Postal 5110[,] GRUPO LIBERTOS/ GUARULHOS C. Postal 132[,] GRUPO AUÊ/RIO[,] FACÇÃO HOMOSSEXUAL DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA[,] NÚCLEO DO PT DA MOÓCA[,] GRUPO SEIVA[,] MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO[,] ASSOCIAÇÃO DE MULHERES[,] NÓS MULHERES[,] BRASIL MULHER[,] SOS MULHERES[,] FRENTE FEMINISTA DE MULHERES[,] DEPARTAMENTO FEMININO DCE – USP[,] JORNAL 'O TRABALHO'[,] JORNAL 'EM TEMPO'[,] JORNAL 'O INIMIGO DO REI'[,] FEDERAÇÃO PAULISTA DE CINE-CLUBES (SOMOS, S/D, AEL/Unicamp).

Diante dessas alianças e solidariedades realizadas nesse momento, se percebe que para além dos traumas e do autoritarismo, também havia a construção de uma rede de apoios, que se fez de forma interseccional com vários setores da sociedade brasileira.

Ao entendermos o trauma através de uma perspectiva despatologizante, conseguimos formular diferentes possibilidades metodológicas através dos sentimentos traumáticos das sexualidades dissidentes brasileiras e latino-americanas, não analisando-o somente “como um problema médico em busca de uma cura, mas como experiências sentidas que podem ser mobilizadas em várias direções, incluindo a construção de culturas e públicos” (CVETOKOVICH, 2008, p. 62 – Tradução minha³⁹). Não é à toa, que nos anos 1970, uma das primeiras estratégias dentro dos movimentos feministas foram os grupos de reflexão para discutir as desigualdades e opressões vividas (AHMED, 2015; PEDRO 2012). No Somos, esse espaço ficou conhecido como grupos de reconhecimento (GREEN, 2018).

Nesse sentido, Cvetokovich (2008) pontua a importância de se pensar em culturas de traumas, não pensando-as apenas como representações ou narrativas, mas como experiências individuais e coletivas de momentos difíceis que têm ajudado na formação de novas perspectivas, hipóteses e epistemologias. Com relação ao AEL e as três pastas que são utilizadas neste TCC, a linguista nos ajuda a pensar que o trauma levanta problemas metodológicos sobre os arquivos e a história nacional, possibilitando novas ontologias desde a história política, social, cultural e das emoções das sexualidades dissidentes na formação de culturas terapêuticas de luta.

A partir das reflexões e problematizações realizadas neste capítulo, busquei mobilizar minhas fontes documentais com algumas bibliografias especializadas. Ao trazer essas ferramentas de análise, e as coleções documentais do AEL, propus pensar as múltiplas possibilidades de sua imensa documentação para o estudo das sexualidades dissidentes brasileiras, sobretudo de uma forma historiográfica. Quando se utiliza uma variedade de métodos, sobretudo numa ótica das relações de gênero e sexualidade sobre a história do Brasil e da América Latina, tensionamos uma série de histórias de cicatrizes e lutas (CVETOKOVICH, 2008).

Ainda que de forma sucinta, busquei neste capítulo refletir sobre a importância social e histórica do AEL para se pensar a história das sexualidades dissidentes no Brasil, a partir dos traumas. Desse modo, minha proposta foi não só pensar o recorte temporal estudado, mas as possíveis marcas e permanências desse passado autoritário e traumático da história recente do Brasil, bem como a história da formação

³⁹ Do original: “as a medical problem in search of a cure but as felt experiences that can be mobilized in a range of directions, including the construction of cultures and publics” (CVETOKOVICH, 2008, p. 62).

do movimento LGBTQI+ brasileiro. Assim, com essa investigação almejei compreender a questão da memória e do arquivo numa ótica das sexualidades dissidentes desde um arquivo latino-americano no sul global.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A bandeira oca [...]”

Ocos são os buracos na camada de ozônio, oco é o mineral de Chuquicamata, ocas são as sepulturas dos presos desaparecidos, oca é a denominação popular dos homossexuais. Oco é um espaço a ser preenchido[,] e a demanda homossexual é uma demanda oca enquanto que esteja resolvida em nossa cultura” (ROBLES, 2008, p. 93 – Tradução minha⁴⁰).

A declaração acima foi realizada no dia 5 de maio de 1996, em Santiago, no Chile, em uma entrevista do *Movimiento de Liberación Homosexual (MOVILH)*⁴¹ para a imprensa chilena, um dia após a polêmica performance do ativista homossexual e jornalista chileno Víctor Hugo Robles, conhecido também como *El Che de los Gays*. Nesse episódio, no *XXV Congreso del Partido Socialista de Chile*, quando a professora e ex-primeira dama Hortensia Bussi, viúva de Salvador Allende, estava discursando, Robles entra para dar uma carta de solidariedade a Danielle Mitterrand, viúva do ex-presidente da França François Mitterrand, e, logo em seguida, desdobra e exhibe uma bandeira do Chile com um grande oco no meio, saindo prontamente no lugar após o ato extremamente simbólico (ROBLES, 2008).

Nesse sentido, o texto em epígrafe e a ação do jornalista chileno, me fizeram refletir imageticamente sobre algumas problematizações interessantes para compreender os traumas e os apagamentos na história nacional. A partir desse exemplo, busco, nessas considerações finais, relacionar o caso chileno com o brasileiro, afinal são próximos em alguns sentidos para entendermos essas memórias traumáticas da ditadura e a marginalização das sexualidades dissidentes nos espaços de poder nacional, mesmo durante e após a redemocratização desses países.

Quando categorizo o AEL como um complexo lugar de memória e arquivo vivo de traumas e resistências, este TCC buscou compreender não só nas múltiplas possibilidades epistemológicas que a memória e os traumas assumem para pensarmos em novas produções historiográficas a partir das articulações políticas das sexualidades dissidentes brasileiras desde o trauma, mas também dos apagamentos e disputas de memória, sobretudo nos últimos anos no Brasil. Desse modo, ao colocar o AEL no centro do debate, sobretudo das suas coleções documentais do Somos,

⁴⁰ Do original: “**La bandera hueca** [...] Huecos son los hoyos en la capa de ozono, hueco es el mineral de Chuquicamata, huecas son las fosas de los detenidos desaparecidos, hueco es la denominación popular de homosexual. Hueco es um espacio a llenar y la demanda homossexual es uma demanda hueca mientras no esté resuelta em nuestra cultura” (ROBLES, 2008, p. 93).

⁴¹ O MOVILH é considerado o primeiro movimento homossexual organizado do Chile, formado em 1991, no início da redemocratização, estando em funcionamento até a atualidade.

GALF e Outra Coisa, procurei pensar questões importantes para entendermos o período editorial e os/as sujeitos/as do período, tensionando desde o medo, a ansiedade, a depressão, o desespero, mas também a solidariedade, a esperança e outras emoções que foram importantes no período, e que nos servem de forma paradigmática para o caso brasileiro, sobretudo para entender que as “estruturas de sentimentos [...] podem criar culturas alternativas” (CVETOKOVICH, 2008, p. 24 – Tradução minha⁴²).

Ao refletir sobre essas culturas públicas e terapêuticas de luta, que foram formadas ao longo da ditadura brasileira, as discussões que levantei ao longo deste TCC não tem como objetivo ter um caráter de conclusão, mas sim como um grande campo investigativo a ser explorado. Procurei elencar algumas histórias, teorias e metodologias para pensar que ainda há muito o que se investigar na história, nas ciências humanas, ciências da informação, linguística e na teoria feminista sobre a história das sexualidades brasileiras e latino-americanas, sobretudo nesses momentos mais difíceis da contemporaneidade. Nessa esteira, gostaria de atenuar que muitos pontos que trouxe ao longo dessa investigação podem ser úteis para novas pesquisas e narrativas sobre o período ditatorial e a história recente, ou do tempo presente, do Brasil e América Latina. Desse modo, portanto, minha conclusão é parcial e em aberto.

Ao tensionar essas possibilidades epistemológicas, me propus a pensar e discutir algumas ferramentas metodológicas para o estudo das sexualidades dissidentes brasileiras, desde as memórias, os arquivos, as emoções e os traumas pelo viés da interseccionalidade. Ao compreender a profundidade e importância social do AEL, esses documentos que fui trazendo ao longo da escrita, em síntese, foram fundamentais para mobilizar diversas questões para se entender redes das resistências e lutas desses/as sujeitos/as ao longo do final do período ditatorial.

De acordo com as historiadoras brasileiras Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2015), essa mediação cultural é fundamental para a construção de projetos políticos, tendo em vista que objetiva a articulação de ideias e utopias para a construção de uma sociedade mais ampla. Nesse sentido, essas práticas de transmissões culturais são importantes para “a formação de culturas políticas”

⁴² Do original: “the structures of feeling [...] can bring into being alternative Cultures” (CVETOKOVICH, 2008, p. 24).

(GOMES; HANSEN; 2015, p. 28), extremamente importantes para a formação de identidade sociais, como as sexualidades dissidentes.

Por fim, para fechar, uma das principais propostas dessa investigação foi contribuir para complexificar e interdisciplinarizar a historiografia brasileira, para, assim, fornecer instrumentos teórico-metodológicos consistentes e úteis para o ofício dos/as historiadores/as. Além disso, mobilizei vozes que pouco foram ouvidas e aos poucos vem sendo incluídas na escrita da história, democratizando e colocando na esfera pública as lutas, traumas e anseios desses/as sujeitos/as a fim de reparação histórica.

5. FONTES E REFERÊNCIAS

FONTES

AEL/Unicamp. Pastas: “Grupo Somos”, “Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF)” e “Grupo Outra Coisa”.

FERNANDES, Marisa. Entrevista concedida a Camila Diane Silva. São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil, 12/10/2018a. Acervo do LEGH/UFSC.

REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. *La política cultural de las emociones*. Trad. Cecilia Olivares Manduy. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2. ed. 2015.

ALMEIRA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, p. 264, 2019.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARROSO, Elaine Aparecida Laier. Higienismo, controle social e capitalismo - método de leitura da medicalização contemporânea das subjetividades. In: XX ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA EM TEMPOS DE CRISE. *Anais eletrônicos*. Uberaba: UFMT, 2016. p. 1-13.

BORGES, Luiz Augusto Possamai; ZACCHI, Lara Lucena; ZANDONÁ, Jair. “Queremos ser o que Somos”: o movimento homossexual no Brasil (1964-1985). In: WOLFF, Cristina S; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. (Orgs.). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Editora Appris, p. 209-232, 2019.

BORGES, Luiz Augusto Possamai; ZANDONA, J. Entre lutas, afetos e emoções no Brasil: movimentos de liberação homossexual (1964-1985). In: IV Jornadas do LEGH: Mulheres de Luta, 2020, Florianópolis. IV Jornadas do LEGH: anais eletrônicos, p. 399-412, 2020.

BOURCIER, Sam. La Fièvre des Archives #1 – Le pouls de l’archive, c’est en nous qu’il bat, Friction Magazine. 05/05/2018. Disponível em: <https://friction-magazine.fr/archives-vie-le-pouls-de-larchive-cest-en-nous-quil-bat/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e a Política das Ruas*. Notas Sobre Uma Teoria Performativa de Assembleia. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPANHA, Maximiliano. Políticas antigênero em América Latina: Argentina. Rio de Janeiro: Sonia Corrêa, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Amo Vogel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 345, 2007.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. Políticas antigênero em América Latina: Brasil – ¿La catástrofe perfecta?. Trad. de Jimena de Garay. Rio de Janeiro: Sonia Corrêa, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN; James N.; QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidades*. São Carlos: Edufscar, 2021. p. 27-52,

CVETKOVICH, Ann. *An Archive of Feelings: trauma, sexuality and lesbian public cultures*. 3. ed. S/L: Duke University Press, p. 404, 2008.

CVETKOVICH, Ann. *Depression: a public feeling*. 1. ed. S/L: Duke University Press, p. 303, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. FGV CPDOC, s/d. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

DELGADO, Jaime Barrientos. Políticas antigênero em América Latina: Chile ¿Estrategias em construcción?. Rio de Janeiro: Sonia Corrêa, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

ENDO, Paulo. Pensamento como margem: lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento. *Revista da USP*, São Paulo, p. 41-50, jun./jul./ago. 2013

EYERMAN, Ron. *Memory, Trauma, and Identity*. New Haven: Palgrave Macmillan, p. 213, 2009.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Cadernos AEL*, v. 10, n. 18/19, 22 set. 2010.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018b, p. 91-120.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 125-148.

FICO, Carlos. *O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1999, 39 p.

FOUCAULT, Michel. *A vontade de saber*. História da sexualidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Lúcia M. Pondé Vasallo. Petrópolis, Vozes, 1984.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Resgate de arquivos: o caso Edgard Leuenroth. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54, p. 21-30, mar. 2012.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; LOVISOLO, Hugo. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 25, n. 1, p. 41- 54, 2003.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 7-37.

GREEN, James N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Trad. de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, p. 541, 2000.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018b, p. 63-78.

GREEN, James N. O grupo Somos, a esquerda e a resistência invisibilizada: as homossexualidades na ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 177-200.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p.91-120.

HANISCH, Carol. *O pessoal é político* 1969. Disponível em: Disponível em: <https://resistenciaradfem.wordpress.com/tag/carol-hanisch/> Acesso em 21/09/2021.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 9-41, 2013.

HERNANDEZ, Franklin Gil. *Colombia - Agentes conservadores contra los derechos sexuales y reproductivos*. Rio de Janeiro: Sonia Corrêa, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/>. Acesso em: 21 set. 2020.

IGLESIAS, Nicolás; KREHER, Stefanie; ABRANCISKAS, Lilián; PUYOL, Santiago. Políticas antigênero em América Latina: Uruguay – el mal ejemplo. Rio de Janeiro: Sonia Corrêa, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

IRE, Binah; SILVA, Camila D.; LENZI, Maria H. Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob estado de exceção. In.: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. *Mulheres de Luta: Feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 185-208.

JAQUET, Chantal. *A unidade do corpo e da mente. Afetos, ações e paixões em Espinoza*. Tradução Marcos Ferreira de Paula e Luís César Guimarães Oliva. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2011.

JARDIM, Rejane Barreto; PIEPPER, Jordana Alves. Aproximações e divergências: história social, história cultural e a perspectiva gênero. *Métis: História & Cultura*, [s. II], v. 9, n. 18, p. 87-97, jul./dez. 2010.

JORDHEIM, H. Camadas de Tempo: condições históricas e semânticas para uma estratigrafia do tempo e da história. In: SALOMON, M. *Heterocronias*. Goiânia: Edições Ricochete, p. 292-310, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história* / Reinhart Koselleck; tradução Markus Hediger. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. 352 p.

LEMEBEL, P. *Loco Afán. Crônicas de sidario*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000. 169 p.

LOPES, Fábio Henrique. Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira: apontamentos de uma pesquisa. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 35, 2016, p. 145-167.

LOURO, Guacira L. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, p. 13-32; 33-40; Teses I, IV, V, VI, VII, VIII e IX, 2005

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade – política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EDUFBA, 2018a, p. 367.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018b, p. 39-62.

MARQUES, Danilo Araujo. Em busca do futuro perdido: Ernst Bloch, a história e a subterrânea “tradição da esperança”. *História da Historiografia*. n. 25, p. 102-116, 2017.

MELLO, Soraia Carolina de. Lugar de mulher é onde ela quiser? Feminismos, domesticidade e conflito social no Brasil (1964-1990). In: WOLFF, Cristina S; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. (Orgs.). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Editora Appris, p. 209-232, 2019.

MILLET, Kate. *Política sexual*. Madrid: Ediciones Cátedra S. A., 1995. 319 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 448 p.

NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019, p. 124.

NICHNIG, Claudia R. Criando laços, fazendo redes: os encontros e articulações a partir das narrativas de feministas brasileiras. In.: WOLFF, Cristina S. ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. *Feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 362-383.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PEDRO, Joana. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana M. (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 238-259.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. "O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas." *Patrimônio e Memória*, v. 3, n. 1. 2007, p. 87-100.

PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2012.

PÉREZ, Gloria Careaga; Aranda, Luz Elena. *México - Género y sexualidad en el Centro del Huracán*. Rio de Janeiro: Sonia Corrêa, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/>. Acesso em: 21 set. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, p. 13, 1989.

QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. 329 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: James N. Green et al. (orgs). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-38.

RAMÍREZ, Gabriela Arguedas. *El caso de Costa Rica*. Rio de Janeiro: Sonia Corrêa, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/>. Acesso em: 21 set. 2020.

RAMOS, Jeferson. A norma, os corpos e os prazeres: moral sexual, tra[ns]vestilidades e homossexualismo no Paraná dos anos 1970. (Dissertação de mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades*. Natal: v. 4, n. 5, jan./jun. 2010, p. 17- 44.

ROBLES, Víctor Hugo. *Bandera hueca: historia del movimiento homosexual en Chile*. Santiago: EditorialARCIS/Cuarto Propio, 2008.

ROSA, H. *Política situacional: horizontes temporais paradoxais entre dessincronização e desintegração. Aceleração: A transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, p. 505-554, 2019.

ROSÓN, María; MEDINA-DOMÉNECH, Rosa María. Resistencias emocionales. Espacios y presencias de lo íntimo en el archivo histórico. *Arenal: Revista de Historia de Las Mujeres*, Granada, v. 2, n. 24, p. 407-439, jul.dez. 2017.

SCHMIDT, Benito Bisso. Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 187-196, dez. 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 273.

SOLIVA, Thiago Barcelos. A confraria gay: um estudo sobre a trajetória da Turma OK. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 121-135.

SOTO, Clyde; SOTO, Lilian. Políticas antigênero em América Latina: Paraguai – el “buen” ejemplo. Rio de Janeiro: Sonia Corrêa, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

SOUZA, Jessé de. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017. 211 p.

SOUZA, Pedro de. *Confidências da carne: o público e o privado na enunciação da sexualidade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. 122 p.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade*. São Paulo: Max Limonad, 1986.

VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria. Outras Histórias de Clio: escrita da história e homossexualidades no Brasil. In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues de; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (Org.). *História & Teoria Queer*. 1ed. Salvador: Editora Devires, 2018, v. 1, p. 123-142.

VITERI, María Amelia. *Ecuador - La instrumentalización de la “Ideología de Género”*. Rio de Janeiro: Sonia Corrêa, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/>. Acesso em: 21 set. 2020.

WOLFF, Cristina S; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. (Orgs.). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Editora Appris, p. 209-232, 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe. Resistência e gênero nos arquivos das ditaduras militares do Cone. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 451 - 471.

ZACCHI, Lara Lucena. *Violência de gênero nas memórias traumáticas de mulheres sobre a ditadura civil-militar brasileira*. 2019. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ZACCHI, Lara Lucena; BORGES, Luiz Augusto Possamai. Espaços de resistência: o Arquivo Edgard Leuenroth como um lugar de memória das sexualidades dissidentes no Brasil. *VENTILANDO ACERVOS*, v. especial, p. 77-93, 2020.

ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: O Movimento Homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos AEL*, Campinas, n. 5/6, p. 193-220, 1996/1997.